

# AGORA NAS MÃOS DO POVO A DEFESA DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO DO PENSAMENTO

## VOZ OPERÁRIA

Nº 382 — RIO DE JANEIRO — 8 DE SETEMBRO DE 1956

### Triunfou a Unidade dos Patriotas na Orientação de Nossa Política Atômica

#### A NOVA POLÍTICA ATÔMICA DO BRASIL

A NOVA política nacional de energia nuclear é uma vitória histórica do povo brasileiro. É fruto da unidade de amplas camadas dos trabalhadores e das massas populares, de ponderáveis setores dos partidos políticos, das forças armadas, de setores do próprio governo. É o coroamento de uma árdua jornada em defesa do patrimônio e da soberania nacionais, que vinham sendo alienados, aos poucos, aos imperialistas norte-americanos. A nação, pelo que tem de honesto, de são — sua esmagadora maioria — orgulha-se dessa vitória, aplaude e apoia calorosamente aqueles que, na imprensa, no Parlamento e nas forças armadas, destacaram-se na defesa e na salvaguarda dos interesses nacionais.

A FIXAÇÃO, pelo governo do sr. Kubitschek, da política de energia nuclear proposta pelo Conselho de Segurança Nacional — política nacional defendida por todos os patriotas, em ampla frente única da qual foi notável expressão o recente Congresso Nacional de Defesa dos Minérios — demonstra que, em nosso país, é possível conquistar vitórias que poderão ser decisivas contra os colonizadores imperialistas, desde que saibam unir-se, acima de divergências que se tornam secundárias quando está em jogo o próprio futuro da pátria, todas as forças populares, nacionais e progressistas. E, que esta unidade é possível, aí estão os fatos a demonstrar.

É evidente (veja-se a furiosa campanha da imprensa entreguista contra a decisão governamental) que os monopolistas atômicos norte-americanos não se conformam com a nova política atômica brasileira. Eles não vacilaram ante qualquer processo, por mais torpe que fosse (veja-se os documentos secretos denunciados pelo deputado Renato Archer) para apossar-se de nossas reservas de minério atômico e ditar nossa política de energia nuclear. Continuarão tentando, sem escolher meios, impôr-nos seus interesses escusos. E, pois, evidente que se torna necessário assegurar o cumprimento das decisões adotadas, levá-las à prática consequentemente, o que exige o fortalecimento da unidade e a vigilância ativa de todos os patriotas.

A vanguarda da classe operária deve ter em vista, mais do que nunca, seu papel de força unificadora, de campeã da unidade em defesa da democracia e da independência nacional. A contradição entre o imperialismo norte-americano, de um lado, e a maioria esmagadora da nação, de outro lado, é, hoje, no Brasil, a contradição fundamental. Devemos partir daí, em nossas relações com todos os demais setores do povo, com todas as forças políticas e personalidades, sabendo entender a mão a todos, marchar com todos que possam ou queiram dar ao menos um passo na defesa dos interesses nacionais. A unidade e os êxitos já alcançados podem amolhar-se mais, levando a novas modificações em nossa política externa, visando a denúncia dos acordos lesivos com os Estados Unidos, o rompimento do monopólio americano de nosso comércio exterior, o estabelecimento de relações amistosas e mutuamente vantajosas com todos os países, a adoção de uma política de colaboração pacífica com todos os povos em benefício do progresso do Brasil e da paz mundial. Esta é uma exigência nacional.

OS comunistas saberão lutar, ao lado de todos os patriotas e nacionalistas, por uma nova política externa, e apoiar todos os atos que visem a esse objetivo. Saberão mobilizar as massas trabalhadoras e populares para essa luta, levá-las à ação em defesa destas reivindicações patrióticas — e das liberdades democráticas, sem as quais será difícil defender, consequentemente, os interesses e a soberania nacionais.

DENUNCIADOS OS ACORDOS IMPOSTOS SOB PRESSÃO PELOS EE. UU. — PROIBIDA A EXPORTAÇÃO DE URÂNIO E TÓRIO — CRIAÇÃO, NO MAIS BREVE PRAZO, DE UMA INDÚSTRIA ATÔMICA PARA FINS PACÍFICOS



A reunião do Conselho de Segurança Nacional que aprovou as novas diretrizes para uma política atômica brasileira.

#### ATUALIDADE DO 7 DE SETEMBRO

A maior data histórica do povo brasileiro — o 7 de setembro — adquire cada vez maior significação, à medida que as forças patrióticas se unem e mobilizam pela concretização, também, de nossa independência econômica e do progresso social. Em nossos dias, a independência política, que temos de defender contra as investidas colonistas dos monopólios norte-americanos, é uma das condições fundamentais para o desenvolvimento independente do Brasil e para a sua emancipação econômica. (Ver comentário na 3.ª página). Na foto: parada militar de 7 de Setembro em São Paulo.

★  
Lutam os Trabalhadores Pelo Reajustamento dos Salários  
(LEIA NA PAG. 11)

#### DIA 18: GRANDE COMÍCIO CONTRA A CARESTIA, NO RIO

UM GRANDE comício contra a carestia está convocado para o dia 18, às 18 horas, na Esplanada do Castelo, Rio, pela Comissão Permanente Contra a Carestia. Assinam o manifesto de convocação vinte e cinco deputados federais, cinco vereadores, dezoito líderes estudantis, seis dirigentes de federações e vinte e cinco presidentes de sindicatos operários, além de líderes populares e outras personalidades. «Neste comício — diz a convocação, cujo primeiro signatário é o deputado Flores Cunha — o povo manifestará veementemente o seu apoio à campanha pela contenção dos preços por 180 dias encetada pelos sindicatos e pela Comissão Permanente Contra a Carestia».

Preço  
Cr\$1.50

Meio Milhão de Favelados ao Abandono (REPORTAGEM NA PÁG. CENTRAL)

★  
60 MIL MARÍTIMOS EM LUTA PELA EQUIPARAÇÃO DE SALÁRIOS (Texto na 10ª Pág.)

★  
GRANDE MASSA DE LAVRADORES ARRUINADOS NO INTERIOR PAULISTA (Texto na 9ª Pág.)





# Não Toça nos Lucros Extraordinários a Nova Lei Aprovada Pelo Congresso

A taxa progressiva dos lucros — ou, como se costuma chamar entre nós, a taxa dos lucros extraordinários — é medida básica e indispensável para o combate à inflação e à carestia da vida. De fato, a alta margem de lucros obtidos pelas empre-

sas no Brasil é uma das causas — se bem que não a única — do encarecimento contínuo dos preços e das emissões ininterruptas de papel moeda. Para a manutenção e ampliação de seus altos lucros a grande indústria e o alto comércio recorrem, sistemati-

camente, à elevação dos preços, levando a carestia da vida a níveis insuportáveis. Um exemplo disso temos nas majorações consecutivas das tarifas da Light. Cada aumento de salário que ela concede a seus empregados é coberto por elevações de tarifas que sempre lhes permitem uma nova arrecadação superior às novas despesas com os salários. Por exemplo: com o aumento do pessoal de caris, a Light teve de dispendir mais cerca de 16 milhões de cruzeiros; mas, com a elevação das passagens de bondes em 50 centavos, terá uma receita de 30 milhões, donde um novo lucro de 14 milhões. Assim sucede na maioria das empresas agrícolas, comerciais e industriais.

projeto de taxa dos lucros extraordinários. O projeto, só agora, foi votado e aprovado pelo Congresso. Mas já não tem nenhuma semelhança com a proposição original. Tais foram as emendas que sofreu, que é agora um projeto, não contra os lucros fabulosos, mas de estímulo e justificação desses lucros.

## FAVORECIDOS OS TRUSTES

O projeto que o Congresso aprovou e, antes de tudo, uma cobertura aos lucros extraordinários das grandes companhias nacionais e estrangeiras.

Estas — especialmente os trusts como a Light, a Bond & Share, a Standard Oil, etc. — terão, para efeito de pagamento de impostos, seu ativo imobilizado e suas reservas reavaliadas. A reavaliação tomará como ano base o de 1929. Assim, os capitais da Light nesse ano, serão multiplicados por 10. Como o truste adquiriu quase todas as instalações antes de 1929, as reservas técnicas serão supervalorizadas. Assim, se o governo quisesse encampar ou nacionalizar o truste, teria de pagar uma indenização muitas vezes maior que os capitais realmente investidos pela Light no país.

## POR QUE TAXAR OS LUCROS EXTRAORDINÁRIO?

É evidente, portanto, que uma justa e séria taxa dos lucros, que transferisse para o Tesouro Nacional uma parcela considerável dos lucros excessivos, teria a maior importância no combate à especulação dos preços, ao mesmo tempo que elevaria a receita federal, possibilitando a realização de investimentos necessários ao desenvolvimento econômico do país.

Foi isto o que tentou fazer, se bem de maneira muito tímida, o governo de Vargas, encaminhando ao Parlamento há cerca de quatro anos, um

projeto de taxa dos lucros extraordinários. O projeto, só agora, foi votado e aprovado pelo Congresso. Mas já não tem nenhuma semelhança com a proposição original. Tais foram as emendas que sofreu, que é agora um projeto, não contra os lucros fabulosos, mas de estímulo e justificação desses lucros.

## OUTRAS FRANQUIAS

Valorizando imóveis velhos,

TODAS AS FACILIDADES PARA OS TRUSTES E GRANDES EMPRESAS ESCAPAREM A TAXAÇÃO SOBRE LUCROS SUPERIORES A 20 POR CENTO — QUE SIGNIFICA A REAVALIAÇÃO DE CAPITAIS — PEQUENOS E MÉDIOS CONTRIBUINTES, ENTRETANTO, DIFICILMENTE ESCAPARÃO

a Light e outras grandes empresas passarão a ter capitais fabulosos, de modo que apesar de seus grandes lucros, dificilmente eles aparecerão, agora, como superiores aos 20 por cento sobre o capital. (E depois deste nível que se inicia o pagamento dos lucros extraordinários).

Mas, não só isso. O projeto aprovado pelo Congresso isenta as pessoas físicas coparticipantes do patrimônio dessas empresas (isto é, acionistas) do pagamento do imposto que deveriam pagar pela reavaliação do capital. Por exemplo: cada acionista da Light, com a reavaliação, passará a ter suas ações dez vezes mais valorizadas. Mas não pagará nenhum imposto por este aumento de seu capital.

## CONTRASENÇO

O maior gravame recairá, de fato, sobre pequenos e médios contribuintes.

As grandes empresas são, regra geral, sociedades anônimas, nas quais, cada suprimento novo de capital é logo considerado como parte integrante do capital da empresa. O mesmo não acontece, geralmente, nas pequenas e médias empresas, nas quais os empréstimos e suprimentos monetários muitas vezes não se incluem em seus capitais efetivos. Esses empréstimos e suprimentos, naturalmente, produzirão lucros — mas, para o efeito do pagamento de imposto não serão considerados como capital da empresa. Assim, os lucros obtidos, aparecerão aumentando a taxa de lucro, já

que esta será calculada como se não tivesse havido aumento do capital. Veremos, assim, pequenos e médios comerciantes e industriais pagando impostos sobre lucros extraordinários, enquanto poderosos trusts escapam a esta taxa.

Em resumo: a nova lei sobre lucros extraordinários não toca nos que, realmente, auferem tais lucros.

## RACISMO NOS EE. UU.

Nos últimos 15 dias desencausou-se, no sul dos Estados Unidos, verdadeira história racista contra as pessoas de cor. Na cidade de Clinton, no Tennessee, tanques e numerosos contingentes policiais tiveram de ocupar as ruas, a fim de impedir o agravamento dos conflitos provocados por organizações racistas como protestos contra uma decisão judicial que autorizou o ingresso de pessoas de raça negra nas escolas públicas. A intervenção dessas forças militares, entretanto, não visou a assegurar o direito dos negros, mas simplesmente a impedir que as desordens chegassem até a realização de verdadeiras batalhas campais. As ameaças e as tentativas de linchamento das pessoas de cor prosseguem impunemente. Nenhum dos incitadores de linchamentos sofreu qualquer pena, embora desrespeitem decisões do judiciário.

## Delegação Governamental do Laos na China



MAO TSE TUNG, presidente da República Popular Chinesa, recebe o príncipe do Laos, Souvanna Phouma. O príncipe chefia a delegação governamental do Laos em visita à China, onde chegou na última semana de agosto. (Foto Sin-Huá).

## Instala-se a 15 do Corrente O VIII Congresso do P.C. Chinês

INSTALA-SE a 15 do mês corrente, em Pequim, o VIII Congresso do Partido Comunista Chinês. As organizações do Partido em todo o país realizaram assembleias e conferências preparatórias, discutindo a ordem do dia do conclave, e elegendo os delegados ao mesmo. O Congresso discutirá, entre outras questões, o balanço do Plano Quinquenal e da reforma agrícola, esperando-se que aprove diretivas para o novo Plano Quinquenal. O Congresso elegerá os órgãos dirigentes do Partido.

## Semana Política

AS declarações do Ministro da Guerra durante a homenagem prestada por líderes sindicais à memória de Caxias têm clara significação neste momento em que certos grupos de dentro e de fora do governo mais uma vez arremetem contra as liberdades democráticas.

Falando aos representantes dos trabalhadores, o general Teixeira Lott manifestou-se contra os regimes de exceção, ao mesmo tempo em que conclama o povo a uma atitude de vigilância em defesa dos direitos democráticos, inclusive o de fiscalização da conduta daqueles que foram investidos de um mandato popular.

Este pronunciamento desautoriza, frontalmente, as manobras de certos grupos do governo que procuram, suprimir a liberdade de imprensa, o direito de crítica e de livre expressão do pensamento, como passo para a supressão de todas as liberdades. Não há como conciliar o apelo do Ministro da Guerra a uma posição de fiscalização vigilante da atividade dos diversos setores governamentais com qualquer restrição à liberdade de palavra, escrita ou falada. Esta fiscalização é, na verdade, impossível, sem o livre debate de idéias, de orientações e sem o direito de crítica a quaisquer atos de quaisquer autoridades.

Assim, devem ser considerados esses pronunciamentos do Ministro da Guerra como uma tomada de posição contra as ameaças realmente sérias, que pesam sobre a liberdade de imprensa e as liberdades em geral. Isto evidencia que dentro do próprio governo há vozes e setores que repelem as aventuras liberticidas, que não se deixam arrastar pelas pressões destinadas a impor uma política de supressão das conquistas democráticas, nem se deixam envolver pelas provocações de conhecidos agentes dos monopólios norte-americanos que pretendem despertar as iras de círculos militares para atirá-los contra as franquias constitucionais.

Defendendo intransigentemente cada uma das conquistas democráticas, cada uma das liberdades, a começar pela liberdade de imprensa, as forças populares têm, ao mesmo tempo, o dever de estimular esses setores do governo que resistem a uma política liberticida e de abdicação nacional. Trata-se, portanto, de ajudá-los a tomar posições cada vez mais definidas em defesa das liberdades. A justa resistência aos objetivos reacionários de forças governamentais interessadas na supressão das liberdades, não deve ser explorada para fortalecer a campanha insidiosa dos que desejam apertar do governo os elementos que procuram fazer frente às imposições dos monopólios norte-americanos.



## A' Margem da Conferência do Cairo

A crise de Suez tem, no momento, os seguintes fatos a destacar: a abertura de discussões entre Nasser e a delegação dos cinco, chefiada por Menzies; o aumento da pressão imperialista contra o Egito, caracterizada pelas medidas militares e as ordens da Cia. Universal de Suez, relativamente à retirada dos pilotos; as medidas defensivas postas em prática pelo Governo do Cairo e a consolidação da solidariedade que recebe de todos os governos e correntes democráticas.

Recebendo a "Comissão dos Cinco", o presidente Nasser fez questão de frisar que não se tratava de um debate com base nas conclusões dos 18, mas, simplesmente, de uma troca de pontos de vista sobre a manobra pela qual as duas partes encaram o evoluir do problema. O ponto básico da moção Dulles — internacionalização — é taxativamente inaceitável pois equivaleria a uma completa violação da soberania egípcia, reafirmada pelo decreto da nacionalização. Mas o fato de que Menzies se tenha referido a uma semana de duração para as conferências indica que, apesar dos pesares, ainda resta alguma margem de manobra e que o encontro do Cairo pode não terminar por uma rutura formal. Os aditivos apresentados pelo Paquistão, se não alteram o conteúdo da proposta Dulles, permitem, pelo menos, tratá-la com mais flexibilidade se houver interesse em chegar a um acordo. Isso depende, em grande parte, de Menzies agir como representante dos 18 que não tem unidade de pontos de vista, a não ser de maneira muito genérica, ou, principalmente, como delegado dos anglo-franceses que controlavam a maior parte das ações da Cia. de Suez.

As negociações do Cairo estão sendo desenvolvidas em um ambiente de nervosismo, que a proximidade do

desfêcho tende a agravar. Os iniciais preparativos militares da França e da Inglaterra recuaram nos últimos dias, deslocaram-se efetivos franceses para a base de Chipre, e, ao mesmo tempo, a Cia. apresentou como prazo limite para retirada de seus pilotos a data do encerramento da Conferência do Cairo e na dependência do que decidir esta. Vê-se, portanto, que os grupos belicistas voltam a tramular uma torpe agressão e pretendem realizar a espaldas da Conferência de Londres, o que não lhes foi possível impor a seus membros. A retirada dos pilotos, se efetivada, visará a criar uma crise no tráfico, a fim de servir de pretexto para a intervenção "em nome" da liberdade de navegação que os imperialistas terão sido os primeiros a violar.

As medidas do Governo do Cairo para prevenir qualquer ação militar anglo-francesa (que Pineau volta a reclamar) decorrem da própria necessidade. Não houvesse o Egito mobilizado todo o povo na defesa da sua soberania e já teríamos consumado um ataque imperialista, desde os primeiros dias da nacionalização. O que tem impedido sobretudo os colonialistas de Londres e Paris de levar avante seus planos odiosos é a firme disposição dos dirigentes egípcios, e a solidariedade ativa que estão recebendo de todo o mundo, sobretudo dos países árabes e dos estados socialistas. Evidencia-se que está fora das possibilidades anglo-ianques um "passeio-militar" ao velho estilo sobre o Cairo e o Canal e que, antes, um ataque ao Egito poderá significar ampla conflagração em todo o Oriente Médio com repercussões insondáveis sobre a paz do mundo. Isso é que as forças pacíficas procuram evitar. Mas a história ensina que o caminho de Munich seria novamente o caminho da guerra.



# Triunfou a Unidade dos Patriotas na Orientação de Nossa Política Atômica

**IMPORTANTÍSSIMAS DECISÕES DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, APROVADAS PELA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA — SUSPENSAS AS EXPORTAÇÕES DE TÓRIO E URÂNIO — CRIAÇÃO, NO MAIS CURTO PRAZO, DE UMA INDÚSTRIA ATÔMICA, PARA FINS PACÍFICOS, SOB CONTRÔLE GOVERNAMENTAL**



As decisões do Conselho de Segurança Nacional correspondem às principais teses aprovadas pelo Congresso Nacional de Defesa dos Minérios sobre a orientação de nossa política atômica (NA FOTO: aspecto do histórico conclave).

VINDO ao encontro do grandioso movimento de opinião em defesa de nossos minerais atômicos, o governo tomou, esta semana, duas iniciativas que recebem os aplausos calorosos de todos os patriotas: a adoção de uma política atômica de acordo com os interesses nacionais e a criação do Instituto de Energia Atômica para o desenvolvimento das pesquisas sobre energia nuclear.

## DENUNCIADOS OS ACORDOS COM OS EE.UU.

A orientação fixada pelo Conselho de Segurança Nacional, e adotada pela Presidência da República, sobre política atômica corresponde, integralmente, aos reclamos patrióticos de amplos setores da população.

Inicialmente, adotando um

critério patriótico, o governo suspende totalmente as exportações de minerais atômicos, denuncia o acordo de pesquisas firmado com os EE.UU. em agosto de 1955 e decide pagar em dólares o trigo americano pelo qual devíamos entregar algumas toneladas de urânio.

## ORIENTAÇÃO PATRIÓTICA

Guiado pelos interesses nacionais, o Conselho de Segurança traçou as seguintes normas para a nossa política atômica:

**1** — CONTRÔLE governamental sobre o comércio, armazenamento, venda e exportação de materiais de aplicação no campo da energia nuclear;

**2** — SUSPENSÃO das exportações de urânio e tório e seus compostos minerais e de outros materiais que venham a ser indicados pelo CSN;

**3** — QUALQUER venda e exportação de minérios atômicos só se fará depois de conhecidas as nossas reservas e de assegurada a conveniente estocagem de material beneficiado para as necessidades do programa nacional de energia nuclear; as exportações só se farão, além disso, mediante permissão do Conselho de Segurança Nacional e exclusivamente para a obtenção, à base de compensações específicas, de equipamentos e técnica para o desenvolvimento de nossa indústria atômica;

**4** — O PROGRAMA brasileiro deve socorrer-se da experiência científica e tecnológica de todos os países amigos, guiado apenas pelo que nos for conveniente (termina, assim, o monopólio até agora concedido aos EE. UU.);

**5** — TODOS os acordos, ajustes e convênios internacionais firmados pelo governo que se refiram ao campo da energia atômica só terão validade se aprovados pelo Congresso Nacional;

**6** — PRODUZIR no país, no mais curto prazo, combustíveis nucleares, a partir dos metais nuclearmente puros, sob total controle e propriedade do governo.

## COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR

Cria-se, também, para apli-

cação dessas diretivas, a Comissão Nacional de Energia Nuclear, diretamente subordinada à Presidência da República. A indústria nacional que já se encontra operando no terreno da energia atômica (pesquisa, lavra e beneficiamento de minérios) será amparada e estimulada nas suas atividades deverão incluir-se no plano nacional de utilização da energia nuclear. Será criado, ainda, um Fundo Nacional de Energia Nuclear para aplicação exclusiva neste setor.

## VITÓRIA DA UNIDADE DAS FORÇAS PATRIÓTICAS

A orientação fixada pelo Conselho de Segurança Nacional constitui uma das grandes vitórias de todos os que se batem por uma política determinada pelos interesses de nossa Pátria e sem submissão a pressões dos monopólios estrangeiros. Para esta vitória contribuíram grandemente movimentos como o que resultou no Congresso Nacional de Defesa dos Minérios, do Simposium de Física Atômica e a firme posição assumida por numerosos deputados e pela Comissão Parlamentar de Inquérito que contaram invariavelmente com o apoio da opinião pública democrática. Não se pode, do mesmo modo, esquecer a contribuição de importantes círculos do governo, entre os quais é justo destacar a posição do gal. Henrique Lott, Almir. Alves Camara e Brigadeiro Pileuss, do Estado-Maior das Forças Armadas e dos Estados-Maiores do Exército e da Marinha.

Vê-se, portanto, que uma decisão de tamanha transcendência e importância patriótica, como a que tomou o governo, resulta da ampla unidade de todas as forças que desejam contribuir para a emancipação nacional. Isto aponta o caminho para a justa execução das normas adotadas pelo Conselho de Segurança Nacional, assim como para a adoção de outras medidas destinadas a libertar o Brasil da espoliação que vem sofrendo de parte dos monopólios norte-americanos. Este caminho é o do fortalecimento e ampliação cada vez maior, da unidade dos patriotas.

## NAS MÃOS DE TODO O POVO A DEFESA DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO DO PENSAMENTO

Embora anuncie que já não será tão «rigorosa» como foi anunciada, o Ministério da Justiça prossegue na tentativa de impor uma lei de «reforma» contra a imprensa, ameaçando, assim, a liberdade de opinião escrita e falada. De fato, esta semana o sr. Nereu Ramos distribuiu uma nota onde confirma que continuam os estudos de um ante-projeto sobre crimes contra a honra pessoal e a segurança do Estado, praticados por meio da imprensa, rádio e televisão.

Não se trata, portanto, nem mesmo de uma lei de responsabilidade, já por si mesma discutível, em face da orientação liberticida do Ministério da Justiça e de outros setores do governo, para os quais o direito de opinar e criticar deve estar sujeito a discriminações de ordem política e ideológica. O sr. Nereu Ramos confessa que deseja uma lei fascista, configurando a existência de crimes contra a segurança do Estado praticados «pela imprensa e o rádio».

Ora, considerar crime contra a segurança do Estado o que se escreva ou se irradie é, na realidade, estrangular o direito de crítica à política dominante e aos seus executores. Desde logo ficaria liquidado o direito ao livre debate das idéias e das orientações políticas práticas, pois que as opiniões passarão a ser julgadas pelas autoridades de acordo com seus próprios interesses. Qualquer opinião divergente e que contrarie os interesses de classes e grupos dominantes cairia, assim, sob a férula da Polícia.

Não exageramos. As linhas gerais do ante-projeto em elaboração já conhecidas não deixam margem a dúvidas. Assim é que pretende o sr. Nereu Ramos e seus parceiros:

**1** — aplicar a draconiana «lei de segurança do Estado», em todos os seus itens, aos jornais e rádios. (A «lei de segurança» é uma excrescência fascista, que agride frontalmente as franquias constitucionais. Mas, não havia chegado ao extremo, que agora se pretende, de considerar

«crime» o que se escreva em jornais e revistas legalmente registrados ou se transmita através de emissoras não clandestinas; configura como «crimes» somente atos concretos, embora gente contra liberdades fundamentais como as de reunião, organização, etc.).

**2** — considerar crime contra a ordem pública e social as publicações da imprensa e irradiações que sejam julgadas como injuriosas, difamatórias ou caluniosas aos representantes dos Poderes do Estado. Assim, tudo o que desagrada às autoridades pode ser considerado «crime contra a ordem pública e social».

**3** — facultar a apreensão de jornais pelo Chefe de Polícia e delegados de polícia, desde que julguem que qualquer publicação implica em «propaganda de guerra, de processos violentos para subverter a ordem política e social».

**4** — impedir as críticas a chefes de Estado estrangeiros pode dar lugar a processo criminal, mediante represália. Qualquer ataque a um desentão do ministro das Relações Exteriores. Assim, os ditadores sul-americanos e

círculos imperialistas de Washington, os carrascos Franco e Saazar, por exemplo, ficarão isentos da crítica da imprensa brasileira.

Em resumo: o projeto que se elabora no Ministério da Justiça é a mais séria tentativa, dos últimos 10 anos, de liquidação da liberdade de opinião e do direito de crítica. Se fosse aprovado, estaria aberto o caminho à supressão de todas as liberdades.

Unânimemente, a imprensa brasileira e as associações de jornalistas se levantam contra esta tentativa de arrolhar a opinião pública. Nem um só jornal do Rio, de São Paulo e outros grandes centros deixou de se erguer contra este projeto de lei celerada.

As organizações estudantis do Rio, de São Paulo e de outros Estados tomaram posição decidida em defesa da liberdade de imprensa, promovendo a realização de atos públicos de protesto contra o projeto que se elabora no gabinete do sr. Nereu Ramos. Em São Paulo, os trabalhadores e camadas do Pacto de Unidade estão realizando comícios nas portas de fábrica em defesa da imprensa. A Câmara do Distrito Federal, as-

sembléias estaduais, câmaras municipais voam moções contra qualquer restrição à liberdade de opinião falada e escrita. Grande número de sindicatos estão se dirigindo ao Parlamento e às autoridades reclamando a preservação da liberdade de imprensa.

A campanha contra as tentativas de arrolhar a imprensa e o rádio se transforma em poderosa campanha nacional. Ela tem todas as condições de ser vitoriosa e deve ser vitoriosa. Para tanto é necessário ampliá-la ainda mais, podendo-se imediatamente em execução medidas práticas, como atos públicos, memoriais e abaixo-assinados ao Parlamento e às autoridades, visitas de comissões à Câmara, Senado e assembleias legislativas. Conseguir de cada leitor de jornal — de qualquer jornal — o envio de telegrama ou abaixo-assinado ao Parlamento, à Presidência da República e ao Ministro da Guerra reclamando o arquivamento do projeto contra a imprensa, será obter um pronunciamento mais eloquente contra a lei «reforma» em elaboração. VOZ OPERÁRIA encoraja seus leitores a tomarem, desde já, esta iniciativa.

## ATUALIDADE DO 7 DE SETEMBRO PARA O NOSSO POVO

Nosso povo comemora festivamente mais um aniversário de sua independência política. fruto de três séculos de lutas e de evolução social. E o faz em um mundo em que perece o imperialismo, numa época em que povos secularmente oprimidos partem as cadeias da submissão. Esta é de fato uma das características básicas dos dias que vivemos: a marcha das nações jugadas para a independência nacional, o crepúsculo do colonialismo em todos os continentes.

Pode-se dizer, com justiça, que nossa independência foi em grande parte formal; que ingleses, a princípio, e norte-americanos, depois, dominaram o novo Estado, submetendo-o economicamente, criaram-no de dívidas e estabeleceram, em grande parte, seu domínio político. Mas não é menos certo que constituindo-se em nação independente nosso povo passou a dispor de um instrumento de insubstituível eficiência, comprovadamente útil sempre que posto a serviço das causas nacionais. Por exemplo: 7 de abril, no incompletado 13 de maio, na guerra contra o nazismo.

O 7 de setembro, ou, melhor, a independência política nacional, permanece como a maior data de nossa história, a modificação histórica essencial que serve de apoio aos demais movimentos progressistas de nosso povo. Isto significa que não podemos tomá-lo de maneira estática, mas dinâmica, que seu sentido há de ser diariamente enriquecido com as experiências da vida de nosso povo, com as lições de uma longa luta particularmente árdua.

Por outras palavras, podemos dizer, que o relativo formalismo de nossa independência decorre precisamente de que a estrutura do Estado, ontem, como hoje, reflete preponderantemente os interesses privados de alguns grupos distintos e não as necessidades e aspirações das classes e camadas que constituem a maioria da nação. Estão, assim, intimamente ligadas as tarefas da independência com as da

democratização no seu sentido mais amplo: política, econômica e social. Em termos mais claros, pode-se dizer que não será possível consolidar e desenvolver as tarefas da independência sem a transformação democrática do sistema político vigente, sem que sejam desatadas e coordenadas todas as forças sociais interessadas em resolver num sentido nacional a principal contradição: a que opõe nosso povo ao imperialismo, em geral, e mais particularmente, o Brasil ao imperialismo norte-americano.

Não é por mero acaso, evidentemente, que os imperialistas, em todo o mundo, procuram utilizar as formações estatais dos povos subdesenvolvidos, a fim de impedir que elas atuem na mesma direção do desenvolvimento econômico, subjugando povos e nações e locupletando-se com sua miséria crescente. Por outro lado, torna-se cada dia mais evidente que as tarefas da democracia social e política passam inevitavelmente pela luta nacional em prol da independência ou de sua consolidação. Essa é outra característica dos tempos que correm: nos países semi-coloniais a predominância do fator nacional como elemento congregador de massas, como traço de união entre classes e camadas que têm contradições até profundas mas que, ao mesmo tempo, têm tarefas comuns que só podem ser resolvidas numa ampla união ant imperialista.

A compreensão desse fato é essencial para todos os patriotas. No momento em que nosso povo já colhe alguns triunfos em sua resistência, no opressor norte-americano seria dificultar a vitória definitiva abrigar qualquer tendência que estreitasse a frente ant imperialista. Na base de um vigoroso combate aos grupos financeiros ianques e a seus agentes ou aliados em nosso país, as forças verdadeiramente nacionais têm de consolidar sempre mais a grande conquista de nossos antepassados: a soberania nacional, a existência do Brasil como nação livre e independente.



# O Culto à Personalidade Entrava As Forças Criadoras do Partido

NOS DIAS 2 a 6 do mês de abril o Comitê Central do Partido Comunista da Bulgária realizou uma reunião plenária com o fim de discutir os documentos do XX Congresso do PCUS e os ensinamentos dele decorrentes para os comunistas búlgaros. O camarada Todor Jikov, primeiro secretário do C.C., apresentou um informe, no qual analisou a questão do culto à personalidade e suas nefastas consequências, especialmente no Partido Comunista da Bulgária, no qual se impusera o culto à personalidade de Valko Chervenkov, que acumulava os cargos de secretário-geral do Partido, presidente do Conselho de Ministros e presidente do Conselho Nacional da Frente da

Pátria. O C.C. adotou, por unanimidade, uma resolução condenando veementemente o culto a Valko Chervenkov e as violações das normas leninistas do trabalho do Partido. O camarada Valko Chervenkov foi destituído dos cargos que ocupava, sendo nomeado vice-presidente do Conselho de Ministros.

Depois da reunião plenária do Comitê Central, todo o Partido Comunista da Bulgária passou a discutir os documentos do C.C. sobre os ensinamentos do XX Congresso do P.C.U.S. Coube ao primeiro secretário do C.C., Todor Jikov, apresentar um informe sobre essas questões, na reunião da Organização do Partido de Sofia.

## O CULTO À PERSONALIDADE NO P.C. BÚLGARO

Um dos principais ensinamentos do XX Congresso do P.C.U.S. para nós, para o Comitê Central, para todo o Partido — afirmou, em seu informe, o camarada Jikov — refere-se à necessidade de erradicar, de nosso meio, o culto à personalidade.

No que se refere à crítica feita pelo Partido Comunista da União Soviética ao culto à personalidade de Stálin, e à nossa própria prática, podemos afirmar que o culto à personalidade é um método antileninista de direção e atividade do Partido. Ele é engendrado pela falsa concepção de que é indispensável forjar um dirigente todopoderoso, assegurar-lhe a possibilidade de dispor à sua vontade dos quadros e dos recursos do Partido, elevá-lo acima do Comitê Central e do Biro Político, alimentar a convicção de que ele tudo sabe, vê e pode tudo, de que é infalível e representa a principal garantia de salvaguarda da unidade e da justa linha do Partido. O culto à personalidade está inevitavelmente ligado ao endeusamento e à glorificação dessa personalidade, à desconfiança em relação aos quadros e aos organismos do Partido, assim como em relação às massas populares.

A concepção da necessidade de um tal dirigente está em contradição com o conceito marxista-leninista do papel da personalidade na história e nos movimentos sociais, em contradição com a

doutrina leninista sobre o caráter e o papel do Partido como organização autônoma e organização dirigente dos operários e de todos os trabalhadores, em contradição com todas as normas leninistas de atividade no seio do Partido. Implantar essa concepção no Partido significa desvirtuar inteiramente o centralismo democrático, que está na base da organização do Partido.

O culto à personalidade gera um estado de espírito extremamente nocivo à vida do Partido. Se esse culto domina, a democracia interna no Partido é calcada aos pés, o princípio da direção coletiva é violado. Esse culto entrava a vida interna do Partido e a iniciativa dos comunistas, freia a crítica e a autocritica.

O sistema dos líderes estende-se igualmente aos órgãos dirigentes inferiores do Partido e provoca a burocratização do organismo partidário. Poem-se em prática, de alto a baixo, grosseiros métodos administrativos e mandonistas. O papelório e a burocracia tornam-se preponderantes. O organismo do Partido torna-se pesado e inerte. Debilitam-se os laços com as massas.

A autocracia conduz à arbitrariedade e à violência, aos erros políticos e aos desvios ideológicos. Os progressos no domínio da ideologia são entravados, a atividade criadora nesse domínio é substituída pelo gesto das citações e pela interpretação dogmática de soluções teóricas formuladas pelo dirigente do Partido.

Paralelamente à difusão do culto à personalidade do camarada Chervenkov, e como decorrência disso, foram implantados métodos antileninistas de trabalho. De fato, uma só pessoa dirigia o Comitê Central e o Partido.

Afirma Todor Jikov, a seguir, que mesmo antes do XX Congresso do PCUS foram feitas tentativas para combater o culto à personalidade no Partido Comunista da Bulgária. Essas tentativas não alcançaram êxito, tendo-se chocado com a resistência de Valko Chervenkov. Somente após o XX Congresso do PCUS, o CC do Partido enfrentou, com energia e disposição de lavá-la até o fim, a questão de liquidar o culto à personalidade e suas nefastas consequências, o que vem sendo feito.

Depois de referir-se a outras violações da legalidade, ligadas também ao emprego de métodos próprios da quadrilha de Béria, o informe passa a referir-se às consequências do culto à personalidade sobre o trabalho de direção do Comitê Central.

## MÉTODOS DE TRABALHO ANTI-LENINISTAS

O informe aborda a questão das violações às normas leninistas de vida do Partido, como decorrência do culto à personalidade.

Podemos afirmar que nosso Comitê Central, em consequência do culto à personalidade, que nele se originou, não funcionava e não se sentia como um coletivo-dirigente, plenamente eficaz, do Partido e do país. Uma série de importantes questões de princípio relativas à atividade do Partido e do Estado não eram submetidas a um exame oportuno nas sessões plenárias do Comitê Central ou, se elas figuravam na ordem do dia, não lhes eram dadas senão soluções parciais e incompletas. De fato, reinava no Comitê Central um ambiente que feria o sentimento de dignidade de seus membros e lhes tolhia a iniciativa.

## O TRABALHO NO SECRETARIADO DO C.C.

Também no Secretariado do Comitê Central as coisas não se passavam de modo diferente. A despeito das discussões sobre seu trabalho e das decisões tomadas pelo Biro Político nesse sentido, o Secretariado não podia ultimamente ainda, cumprir suas funções decorrentes dos Estatutos do Partido. Sem cessar, por diversos motivos e de diversas maneiras, o camarada Chervenkov entrava sua atividade.

Toda tentativa do Secretariado, seja de organizar o trabalho com os comitês departamentais ou de distrito do Partido, seja de organizar brigadas para verificar e ajudar sua atividade, seja de fiscalizar certos setores do aparelho de Estado, era acolhida pelo camarada Chervenkov com claro descontentamento e sufocada. Na prática, o Secretariado não tinha mais o direito de resolver qualquer problema mesmo as questões correntes. Tudo isso freava os esforços do Secretariado para mobilizar inteiramente as forças e os colaboradores do Comitê Central, para verificar e ajudar a execução das tarefas traçadas pelo

A maioria dos membros do CC eleitos no V Congresso do Partido foram demitidos de seus postos responsáveis ou considerados suspeitos e submetidos a vigilância. Alguns foram, mesmo, encarcerados.

A calúnia e a denúncia puderam ter curso. Tudo isso engendrou um sentimento de suspeita, de medo e de desconfiança entre os membros do Comitê Central e os quadros do Partido.

Depois de referir-se a outras violações da legalidade, ligadas também ao emprego de métodos próprios da quadrilha de Béria, o informe passa a referir-se às consequências do culto à personalidade sobre o trabalho de direção do Comitê Central.

tamentais ou de distrito do Partido, seja de organizar brigadas para verificar e ajudar sua atividade, seja de fiscalizar certos setores do aparelho de Estado, era acolhida pelo camarada Chervenkov com claro descontentamento e sufocada. Na prática, o Secretariado não tinha mais o direito de resolver qualquer problema mesmo as questões correntes. Tudo isso freava os esforços do Secretariado para mobilizar inteiramente as forças e os colaboradores do Comitê Central, para verificar e ajudar a execução das tarefas traçadas pelo



G. DIMITROV  
fundador e educador do Partido Comunista da Bulgária

Comitê Central e o governo, para organizar um contato de trabalho permanente e proveitoso com os comitês departamentais e distritais do Partido.

A linha de amesquinamento do papel do Secretariado se propagava igualmente ao aparelho do Comitê Central. Esta situação

## PREJUÍZOS À EDUCAÇÃO DOS QUADROS

Mas o culto à personalidade — prossegue Todor Jikov — repercutiu de maneira tão particular na educação dos quadros. Na maioria dos casos, os apelos do camarada Valko Chervenkov, pelo desenvolvimento da crítica e da autocritica, de alto a baixo e das bases à direção, não davam resultados satisfatórios em consequência do ambiente já criado. Muito frequentemente, o camarada Chervenkov, pessoalmente, sufocava a crítica. Este era um período no qual, com ou sem motivo, com ou sem razão certos camaradas dirigentes foram severamente criticados, com

*"OS MANUAIS escolares destinados à educação de nossa juventude estão igualmente impregnados do culto à personalidade. As afirmações desses manuais, como a de que o camarada Chervenkov teria dirigido o movimento clandestino 'Christo Botev' e o movimento de resistência em nosso país, não correspondem à verdade. Sabemos todos que, à frente do movimento clandestino 'Christo Botev', estava o camarada George Dimitrov e não o camarada Chervenkov, que o Comitê Central do Partido, e não o camarada Chervenkov, dirigiu a resistência em nosso país. Nosso Partido, criado e educado por Dimitri Elagoev, George Kirkov, Vasili Kolarov, por este gigante do nosso Partido e eminente militante do movimento operário internacional que foi George Dimitrov, é um poderoso partido de combate, inteiramente capaz de colocar-se em posições justas e de resolver, igualmente, até o fim, um problema como o do culto à personalidade".*

continuu mesmo após a nomeação, para postos responsáveis, em diferentes setores, de membros e candidatos a membro do C.C. Isso resultou uma certa inércia no aparelho do CC e a paralisia na atividade de seções avulsas.

o objetivo de consolidar o culto à personalidade. Esta maneira de agir difundia o medo e paralisava a iniciativa, forçava, frequentemente, os camaradas responsáveis a ocultarem ao Comitê Central a verdade, tal como a sentiam.

O culto à personalidade teve repercussão sobre os programas de estudo das escolas do Partido, onde se apresentava, não o povo e o Partido, mas a personalidade, como motor da história, e onde os ensinamentos eram ministrados, em grande medida, desligados de vida.

## DANOS À FRENTE IDEOLÓGICA

O culto à personalidade — continua o informe — causou graves danos à frente ideológica. Podemos afirmar, de maneira definitiva, que as questões ideológicas foram retiradas da competência do Comitê Central e concentradas nas mãos do camarada V. Chervenkov.

O culto à personalidade criou, na frente ideológica, um ambiente de opressão das forças criadoras, que impedia os diversos militantes dos setores da arte e da ciência de darem livre curso a suas possibilidades e a seu talento. As apreciações feitas pelo camarada Valko Chervenkov, os elogios exagerados a certos militantes da frente

ideológica e a crítica virulenta feita a outros, conduziram certos artistas e sábios a adaptarem-se às concepções do camarada Chervenkov e a submeter completamente suas obras ao culto à personalidade. Por outro lado, essas mesmas apreciações causaram, entre outros, o medo de estudar a fundo os problemas de nosso tempo, de desenvolver de modo criador, a ciência.

O medo de cair em desgracia ante o camarada V. Chervenkov é uma das causas de que nossa ciência econômica, nossa história, nossa filosofia se encontram desligadas de nossa prática socialista.

## ESFORÇO PARA CORRIGIR OS ERROS

É importantíssimo assinalar — diz, adiante, o camarada Jikov — que os princípios leninistas de trabalho com os quadros exigem que se controle permanentemente e se acompanhe o desenvolvimento dos quadros antigos e jovens, que não se tenha, em relação a eles, idéias preconcebidas, que os quadros não sejam removidos ou promovidos segundo o grau de seu devotamento a uma pessoa determinada ou partido de considerações de todo princípio.

A violação do princípio leninista de direção coletiva, provado pela prática, não só estimula o culto à personalidade como engendra uma tendência aos métodos administrativos, estranhos ao espírito do Partido Comunista, e conduz à propagação no Partido do arrivismo, do servilismo e de outros vícios. Cada funcionário do Partido, cada membro do Partido deve conceder a máxima importância ao princípio da direção coletiva como a condição mais importante para a unidade do Partido, a elaboração de uma política adequada

e de sua realização com sucesso, da educação criteriosa dos quadros e do desenvolvimento futuro de toda a atividade do Partido.

A democracia interna no Partido deve ser desenvolvida com energia ainda maior. A democracia interna no Partido não pode desenvolver-se normalmente e expandir-se se não se respeita o centralismo democrático, se não há direção coletiva, se os órgãos do Partido não são elegíveis e não são obrigados a prestar contas de sua atividade, se não se exerce a crítica e a autocritica, se não se trava uma luta incessante pela execução das decisões, se não há correspondência entre as palavras e os atos.

É indispensável analisar criticamente os resultados do trabalho efetuado, travar uma luta enérgica contra as ilusões, o baluartismo e a ostentação, ser intransigente para com o falso otimismo, para com todas as tentativas de embelezar a situação real das coisas, de camuflar ou envolver em silêncio os erros e insuficiências.

## PELA UNIDADE DO PARTIDO

O camarada Todor Jikov conclui seu informe insistindo na necessidade de lutar pela superação dos erros decorrentes do culto à personalidade, reforçando, ao mesmo tempo, a unidade das fileiras do Partido e suas ligações com as massas.

Os Estatutos do Partido — diz o primeiro secretário do C.C. — garantem a todos os comunistas o direito e a liberdade de discutir todas as questões ligadas à política do Partido. Mas a liberdade de discussão não significa a liberdade de propagar conceitos e pseudo-teorias

estranhas ao espírito do marxismo-leninismo. Ao mesmo tempo em que devemos assegurar uma liberdade real, aos membros do Partido, liberdade de discutir e exprimir-se, de desenvolver a crítica e a autocritica de nossos erros reais, não devemos tolerar manifestações dirigidas contra o Partido. É nosso dever manter erigida e sem mácula a grande bandeira do marxismo-leninismo, travar uma luta sem tréguas contra as tentativas de influência em nossas fileiras, da influência ideológica da burguesia.



# Assegurar a Eleição do Prefeito Carioca Dentro de Três Meses

Já aprovada na Câmara, encontra-se no Senado, para votação, a emenda Chagas Filho à lei que dispõe títulos eleitorais, determinando que se realizem, no prazo de 120 dias, as eleições para Prefeito do Distrito Federal. . . O governo Kubitschek mobiliza suas forças parlamentares para derrubar esta proposição, que viria a concretizar, no mais breve prazo, a autonomia administrativa e política da Capital da República. Pretende o atual governo manter, durante sua gestão, o regime dos prefeitos nomeados no Distrito Federal.

## FATOS DE DEMOCRATIZAÇÃO DO PAÍS

Através de longa experiência o povo carioca compreende que esta situação — ser administrado, não por pre-

## IV CONGRESSO DA UNIÃO GERAL DOS TRABALHADORES DO URUGUAI

No dia 5 do corrente inaugurou-se o IV Congresso da União Geral dos Trabalhadores do Uruguai. Esse importante conclave foi intensamente preparado nas empresas e nos sindicatos da capital e do interior. Em todas as reuniões o tema mais debatido foi a da necessidade de se criar uma central sindical única em todo o país.

Os trabalhadores do Uruguai tem lutado enérgicamente contra a ofensiva patronal. Os meios, porém, por exemplo, declararam-se em greve contra a pretensão dos proprietários da Ferrosnait que queriam reduzir o pessoal da empresa. Últimamente os trabalhadores da indústria da carne, a mais importante do país, estiveram em greve, que foi apoiada por todos os operários.

Na Ordem do Dia do IV Congresso foram discutidos vários problemas, principalmente no que se refere à estrutura do movimento sindical.

Foram convidados representantes das organizações sindicais da América Latina.

feitos escolhidos pelo povo, mas nomeados pelo Catete — tem agravado todos os seus problemas. A única vez em que foram encaminhadas soluções para urgentes problemas da Capital da República transportes, à sua saúde pública, educação, etc. — foi na administração de Pedro Ernesto. Mas, Pedro Ernesto foi, justamente o primeiro e único prefeito carioca eleito pelo povo.

E não é só quanto ao caráter administrativo que é da maior importância a eleição do Prefeito da Capital da República. Politicamente esta medida tem grande significação para a democratização do país. No Distrito Federal encontra-se uma das populações mais esclarecidas e politizadas do Brasil. Por isso a Prefeitura carioca pode tornar-se um baluarte das forças que lutam em defesa das liberdades democráticas, logo que o povo da Capital tenha o direito de eleger seu Prefeito. Em Recife e em São Paulo, por exemplo, a união das forças populares e democráticas colocou nas respectivas prefeituras homens ligados ao povo, como Pelópidas Silveira e Lino de Matos, os quais apoiados no povo, muito contribuíram para o êxito de várias campanhas contra as investidas reacionárias.

## OS PROBLEMAS DO POVO CARIOCA

Os problemas do povo carioca são de tal premência que a Prefeitura do Distrito Federal já não pode ficar entregue a pessoas nomeadas pelo Catete, ao sabor de injunções de grupos políticos e de manobras de grupos econômicos como a Light. Além disso, a Prefeitura necessita de uma relativa continuidade administrativa, que assegure a execução de um plano voltado para as necessidades da população. Mas, que prefeito nomeado tem autoridade e estabilidade para empreender um plano de semelhante envergadura? Em 63 anos, o Distrito Federal teve

**O SENADO VAI VOTAR A EMENDA CHAGAS FILHO QUE DISPÕE SOBRE ESTA MEDIDA — FATOR IMPORTANTE DE DEMOCRATIZAÇÃO — OS PROBLEMAS DO POVO NÃO PODEM SER SOLUCIONADOS POR PREFEITOS NOMEADOS PELO CATETE**

42 prefeitos nomeados — o que dá um prazo médio de 18 meses para cada uma dessas administrações.

Assim, os prefeitos nomeados adiam e agravam os problemas da população carioca, em vez de resolvê-los. Vejamos alguns desses problemas.

## ·O PROBLEMA DA ÁGUA

Ó da água é o mais aflitivo. Mas, que têm feito, até hoje, os prefeitos nomeados, apesar dos créditos que a Câmara Municipal tem votado para resolvê-lo? Não têm feito praticamente nada. Ainda mais, o que até agora foi feito neste sentido, está envolvido em escabrosas negociações, como é o caso das adutoras, construídas com material condenado, pela «Tetracap» (subsidiária de um truste norte-

americano). Os tubos das adutoras rebentam continuamente e a cidade padece, cada vez mais, o flagelo da falta d'água.

## TRANSPORTES URBANOS

Outro problema aflitivo: o dos transportes urbanos. A Light monopoliza os serviços de bonde. Aumenta impunemente os preços das passagens. Mas não cumpre o contrato que mantém com a Prefeitura, que determina seja periodicamente aumentado o número de veículos à medida que aumenta a população. Em vez disso, o truste vem reduzindo o número de bondes e de linhas. Que fazem os prefeitos nomeados? Nada, porque a submissão à Light é uma das condições para que permaneçam à frente da Prefeitura.

## ASSISTÊNCIA HOSPITALAR

O Distrito Federal tem necessidade, atualmente, de, no mínimo, 6.250 leitos de hospital. Mas, para esse total necessário, a Prefeitura mantém, apenas, 1.773 leitos. Para o combate à tuberculose, são necessários 20.000 leitos;

mas a Prefeitura só possui 2.400. Mas é necessário acrescentar: quase tudo o que existe atualmente no Rio em matéria de assistência hospitalar é obra ainda da administração Pedro Ernesto, o único prefeito carioca eleito

## ESCOLAS

118.000 crianças em idade escolar estão impedidas de estudar por falta de escolas. Para atender a esta deficiência a Câmara dos Vereadores abriu, em 1951, um crédito especial de 600 milhões de cruzeiros para a construção de 138 escolas. Pois bem, apesar desta verba, os prefeitos no-

meados pelo Catete construíram apenas 8 escolas.

Enquanto isto, Pedro Ernesto, num período de três anos, construiu 38 escolas e modernizou totalmente o sistema escolar da Capital do país. Mas Pedro Ernesto foi eleito pelo povo e não nomeado pelo Catete.

## OUTROS PROBLEMAS

E assim são outros problemas: o do abastecimento, o das favelas, dos esgotos, dos telefones, etc. Que fizeram os prefeitos nomeados para resolvê-los? Quase nada, apesar das grandes verbas (geralmente empregadas em negociações, como as das adutoras construídas pela Tetracap) votadas pela Câmara dos Vereadores. Nas memoráveis reuniões do II Congresso pró-autonomia, a população carioca

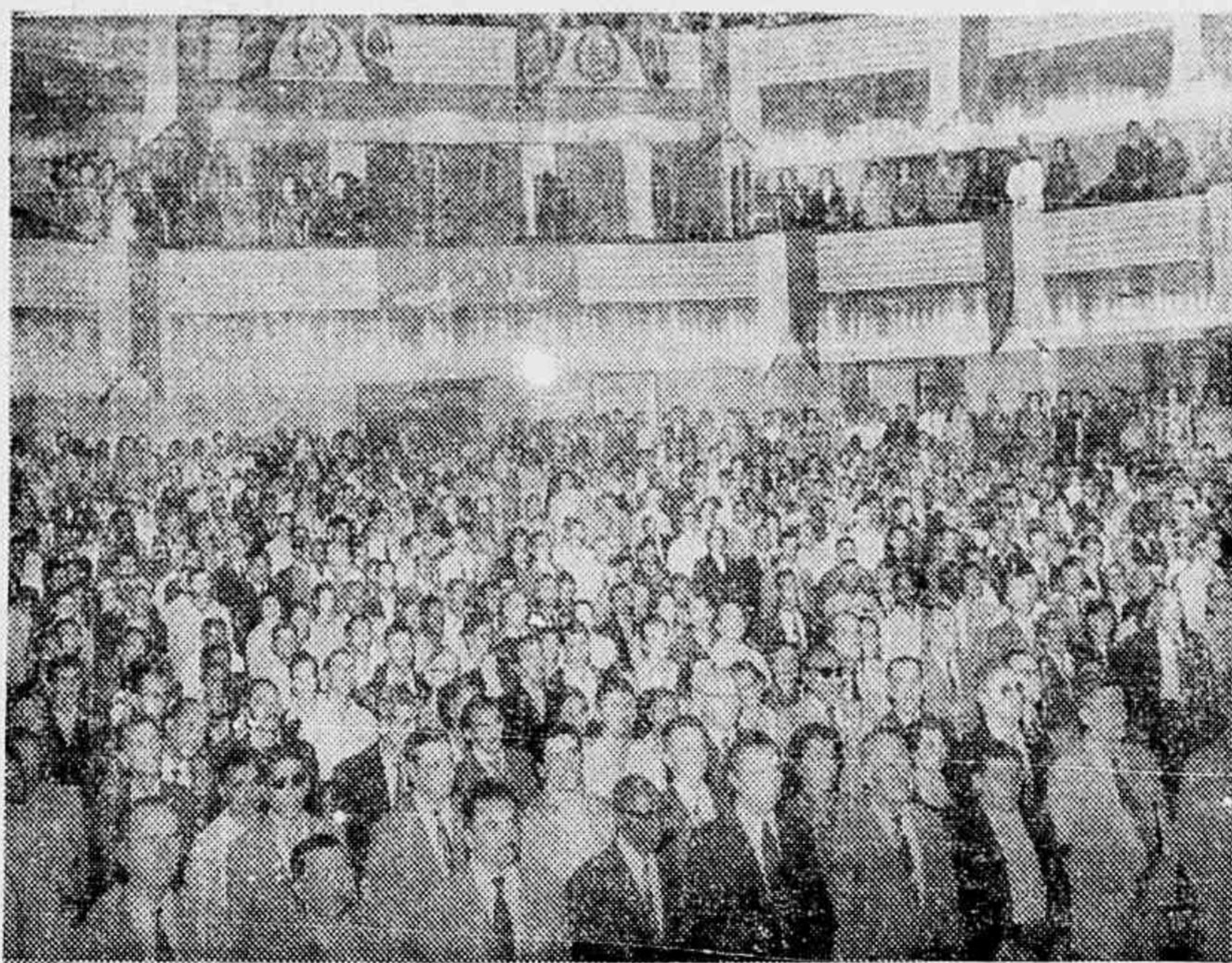
reconheceu que só um democrata eleito pelo povo para a Prefeitura carioca, um prefeito como Pedro Ernesto pode, com o apoio do povo, atacar a solução de todos esses problemas. Escolhido pelo voto popular, os compromissos de um prefeito eleito são com o povo e não com o ocupante do Catete.

Por tudo isso a população carioca necessita exigir do Senado (através de comissões e abaixo-assinados) a aprovação imediata da emenda que determina a eleição do Prefeito do Distrito Federal dentro de 120 dias.

★

O povo carioca, no II Congresso da Autonomia, exigiu o direito de eleger logo, o seu prefeito

★



## EM MOSCOU O VI FESTIVAL MUNDIAL DA JUVENTUDE E DOS ESTUDANTES

Reunindo 126 delegados e observadores de 59 países, realizou-se em Moscou a Sessão Constituinte do Comitê Internacional Preparatório do VI Festival Internacional da Juventude e dos Estudantes, sob a presidência do sr. Gvind Sahay, líder da organização juvenil "Bharat Juvak Samaj", da Índia.

Após ampla troca de opiniões, o Comitê Preparatório resolveu promover o VI Festival em Moscou, de 28 de julho a 11 de agosto de 1957, com a participação de 30 mil rapazes e moças de todos os países do mundo. Foram debatidas as questões relacionadas com a preparação da grande festa internacional da juventude e de seu programa.

O programa, que poderá ser enriquecido pelas organizações interessadas, compreenderá competições esportivas, concursos culturais e artísticos, exposições de arte e folclore, encontros amistosos por profissões, assembleias de natureza cultural e religiosa, seminários, etc. Paralelamente, realizar-se-ão os III Jogos Internacionais Amistosos da Juventude, patrocinados pelo Comitê Olímpico Soviético.

## UM PASSO ADIANTE NA LUTA PELA EMANCIPAÇÃO NACIONAL

ROBERTO MORENA

O ATO do governo definindo os rumos da política atômica e a criação do Instituto de Energia Atômica, constitui, sem dúvida alguma, uma vitória do povo brasileiro. Representou uma derrota dos entreguistas e negociatas, que para obterem grandes lucros, pouco se importam que os interesses da nação e do povo sejam conspurcados. É um grande passo que precisa ser assegurado com o apoio popular, com a colaboração dos patriotas e democratas, a fim de que levemos para o terreno prático essas necessárias e imprescindíveis realizações no campo da energia atômica.

Devemos ter bem presente a luta que tivemos de travar para criar uma indústria nacional do petróleo. Foi uma campanha árdua, pontilhada de lances dramáticos, em que perderam a vida grande número de patriotas e democratas. Agora a Petrobrás já é uma realidade e os benefícios para a nação, estão à vista. Mas são ainda pequenos em relação às grandes possibilidades e recursos de que dispomos.

Para assegurar a continuidade e a realização efetiva da Política Nacional de Energia Nuclear, por meio da industrialização dos nossos minérios e da preparação de técnicos, a luta será ainda mais árdua. Por isso, torna-se necessário que o Brasil se liberte de uma série de tratados lesivos que impedem nosso país possa livremente valer-se dos imensos recursos da ciência, que não são privilégio dos Estados Unidos. Dentre esses tratados lesivos e colonizadores, avulta o ignominioso Acórdo de Assistência Militar Brasil-Estados Unidos.

Quando discutimos as cláusulas desse tratado na Câmara dos Deputados, tivemos, no desempenho do honroso mandato que o povo carioca nos conferiu, a

oportunidade de pôr a nu o que se pretendia e as conseqüências que teria sobre o desenvolvimento e o progresso de nossa pátria. O entreguista João Neves Fontoura, que ocupava, então, a Pasta das Relações Exteriores, era o principal interessado em que o Parlamento aprovasse logo o Acórdo, sem que se fizesse nenhuma modificação no seu texto. João Neves da Fontoura exigia que ele fosse aprovado e diariamente procurava ou telefonava ao líder do governo de então para saber do andamento do projeto. Recordo-me que o deputado Gustavo Capanema, quase ao findar a sessão legislativa de 1953, solicitava encarecidamente à Câmara dos Deputados que fizesse passar, pelo menos em primeira discussão, o infame acórdo. Felizmente, pela resistência oferecida nessa ocasião, não viu satisfeitos seus propósitos entreguistas o ministro americano que dirigia o Itamarati.

De então para cá o povo obteve duas grandes vitórias: o monopólio estatal do petróleo e a política nacional de energia atômica. É necessário consolidar estas vitórias. Para isso é necessário que nos libertemos dos tratados lesivos que nos acorram aos monopólios imperialistas, que o governo adote uma nova política externa, de amizade e cooperação com todos os países, na base do respeito mútuo e colocando em primeiro lugar — ao contrário do que ainda ocorre — os legítimos interesses do Brasil.







# Voz dos Leitores

## ROUBARAM O COLONO E A JUSTIÇA NADA FEZ



**CATANDUVA, S.P. (Do Correspondente) —** O colono Joaquim da Silva, depois de trabalhar 2 anos na fazenda Santa Rosa, situada no quilômetro 7 deste município, foi dispensado pelo fazendeiro Kionoro Omura sem receber nenhum de seus direitos. O colono estava contratado para tratar 7 mil pés de café, ao preço de Cr\$ 2.200,00 por mil pés, no corrente ano. Em junho, aproveitando-se de um atraso inteiramente justificável na carpa do café, o fazendeiro colocou vários diaristas para fazer o serviço, com o que pretendia apoderar-se do dinheiro que devia pagar ao colono no fim da colheita.

Quando o colono procurou o fazendeiro para fazer sua justa reclamação, foi atacado por este e obrigado, juntamente com seu filho, a resistir à violência. Isso serviu de pretexto para o fazendeiro mandar dois jagunços despedir sumariamente o colono e obrigá-lo a mudar-se, embora o sr.

Omura lhe devesse uma importância em dinheiro, um saco de café, a diferença correspondente ao salário-mínimo vigente na época e dois períodos de férias.

Na cidade, o colono Joaquim da Silva queixou-se ao promotor, que intimou o fazendeiro Omura a comparecer ali. Como este se recusou a atender à intimação, o colono voltou ao promotor, que mandou nova intimação. No entanto, até hoje o sr. Omura não compareceu à promotoria e nem o promotor tomou uma atitude enérgica para fazer valer sua autoridade, desacatada pelo fazendeiro que é também inspetor de polícia no quilômetro 7 e diz possuir grande influência junto aos poderosos da cidade.

Como se vê, trata-se de uma injustiça flagrante cometida contra os direitos do colono, e diante da qual a justiça local não tomou outras providências.

## DISCRIMINAÇÕES NO PARQUE AERONÁUTICO DOS AFONSOS

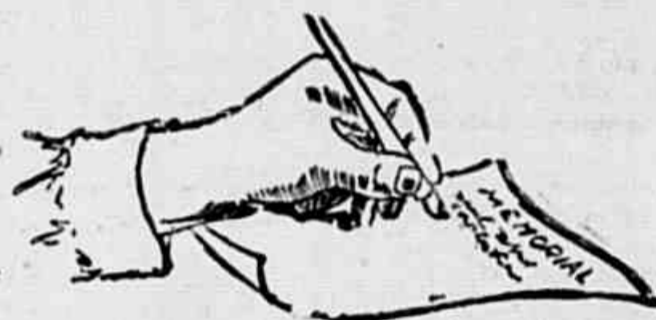
**D**E um leitor do Parque Aeronáutico dos Afonsos (D.F.), recebemos:

«Após o golpe de 24 de agosto, foi nomeado diretor-geral do Parque Aeronáutico dos Afonsos o coronel Castro Neves, que até hoje continua nesse cargo. Logo após a sua posse, mudou a situação para os servidores e foram suspensas as audiências que eles tinham com o antigo diretor. Foi inaugurada uma administração de «austeridade», que incluiu perseguições aos elementos juscelinistas.

Após a posse do sr. Kubitschek, o coronel Castro Neves concedeu uma entrevista ao vespertino «Última Hora», procurando passar por «bonzinho» para os servidores, «democrata» e «nacionalista». Entretanto, quando um elemento do PTB dirigiu-lhe um memorial solicitando o retorno do caminho que corouza os servidores do Parque ao município de Nova Iguaçu, taxou-o de comunista e deixou de atender os funcionários que viajam debaixo da chuva.

Na cidade entrevista, disse ainda o coronel que são fornecidos aos servidores, diariamente, 700 litros de leite, 370 quilos de carne e 420 de peixe. Pois o que ocorreu foi o contrário: essas cifras não são fornecidas, foi aumentado o preço da precária bôia, que passou de Cr\$ 30,00 para Cr\$ 50,00, não nos é fornecido leite com o almoço e foi cortado, inclusive, o leite que era fornecido aos que trabalham com tóxicos. Outro exemplo do «bom-mocismo» do coronel foi dado quando ele recusou entregar uma casa na vila operária porque o servidor que a solicitara era sócio da UNSP. .!

Enquanto o coronel Castro Neves preocupa-se em fazer uma administração de discriminações, a produção do Parque padece com a crescente falta de materiais.



## DESRESPEITA O CADEM AS LEIS TRABALHISTAS

**C**o artigo 293 da Consolidação das Leis do Trabalho estabelece que a duração normal do trabalho efetivo para os empregados em minas no subsolo não excederá de seis horas diárias ou de trinta e seis semanais, determinando ainda, no artigo seguinte, que o tempo despendido pelo empregado da boca da mina no local do trabalho e vice-versa será computado para o efeito de pagamento do salário.

O CADEM, entretanto, não respeita as determinações da lei e usa diversas manobras para lesar os mineiros e fazê-los trabalhar 8 e até 9 horas por dia. Uma delas é a de que, enquanto não limparem as galerias, os operários não podem sair, o que é uma medida absolutamente ilegal.

No subsolo, os mineiros trabalham sem ar e com água até os joelhos, arrancando carvão de pedra para enriquecer cada vez mais os senhores do CADEM. Os grandes lucros produzidos pelos operários são totalmente distribuídos entre os patrões, nada sendo utilizado para melhorar um pouco as condições de trabalho nas minas e o nível de vida dos mineiros.

As casas de moradia dos trabalhadores são, na verdade, verdadeiros galpões, sem água e sem luz, e outras sem instalação sanitária. Centenas de mineiros moram no chamado bairro do Poço Dois, onde o CADEM descarrega toda a pedra que sai da mina. Com a chuva e o sol, a pedra se encende e desprende um gás venenoso e insuportável que mata árvores e crianças. Cerca de 50 por cento das crianças que nascem em Butiá morrem antes de comple-

ter um ano de idade devida à subalimentação e à intoxicação por esse gás.

Os trabalhadores não se cansam de reclamar ao C.A.D.E.M. e às autoridades contra este depósito de pedras junto às suas casas, mas nenhuma providência é tomada. Mas os dias passam e os mineiros aprendem que só podem conquistar seus direitos e reivindicações organizando-se dentro do Sindicato, fazendo-o lutar junto à direção do CADEM pelo respeito às suas prerrogativas.

(Correspondência de Mauro Taquarense — Butiá, R.G.S.)

## DEMISSÕES NA LIGHT

Do correspondente da VOZ na Light (D.F.) recebemos:

«A Light prossegue demitindo dezenas e dezenas de servidores em suas diversas seções do Distrito Federal, como já temos denunciado. Desta feita, foram demitidos sumariamente oito trabalhadores da seção do Aéreo, na Ilha do Governador, que controlam linhas aéreas.

Enquanto isso acontece, a população daquela Ilha fica cada vez mais prejudicada com os desserviços da Light.

## TRABALHOU 49 ANOS E FOI ATIRADO NA RUA

O leitor José Preste de Oliveira, de Capão Bonito (São Paulo), escreve-nos:

«Com a idade de 20 anos, fui trabalhar na fazenda Santa Inez, do sr. Cândido Severiano. Ali, amarrado pelos pés, obedecendo às suas ordens severas e maltratado trabalhei durante 49 anos, até 1953, quando fiquei inválido no serviço de sua fazenda.

No fim do ano, o fazendeiro vendeu sua propriedade e jogou-me na rua, onde só não fui obrigado a pedir esmola porque minha mulher lava roupa o dia todo para

sustentar a casa e impedir que a gente morra de fome. Em busca de meus direitos, queixei-me ao então presidente Café Filho, que me enviou ao Ministério do Trabalho. O ministério disse que me entendesse com o promotor público desta cidade, o qual indicou-me um advogado, que nada fez e deixou-me na mesma situação».



## EXIGEM A DEVOLUÇÃO DOS PAPÉIS DO SINDICATO RURAL

«Os colonos e assalariados agrícolas de Catanduva enviaram ao presidente Kubitschek um memorial com 304 assinaturas, exigindo a devolução dos papéis do Sindicato (anteriormente apreendidos), o pagamento do salário-mínimo e medidas concretas contra o alto custo da vida.

Entre outros, subscrevem o memorial os srs. Antônio Gisse, presidente do Sindicato de Colo-

nos e Assalariados Agrícolas de Catanduva; Pedro de Almeida, do Conselho Fiscal; Antônio Gisse Larias, secretário; Maria Rita Alves, do Departamento Feminino; Alexandre Valentim, tesoureiro; Pedro Rizzo, vice-presidente e José Pereira de Sena, da diretoria».

(Do Correspondente da VOZ em Catanduva, (São Paulo).)

## PÉSSIMAS CONDIÇÕES DE TRABALHO NA "FÁBRICA DEODORO INDUSTRIAL"

São péssimas as condições de trabalho na «Deodoro Industrial». Não há local para os trabalhadores mudarem roupas e nem armários para guardá-las. Muitas operárias, para não sofrer o vexame de mudar de roupa atrás das máquinas e pendurá-las em pregos, preferem trabalhar com a mesma que vestem ao sair de casa. Não há banheiros, o que obriga os trabalhadores a usarem um velho tanque para se lavarem à saída.

Na seção de fiação n° 2, não é respeitado o horário determinado pelo Ministério do Trabalho, das 6 às 15 horas. A empresa estabeleceu o horário de 6 às 12 horas e não paga as horas restantes.

Há geral descontentamento diante dessa situação e os trabalhadores começam a se organizar para conquistarem melhores condições de trabalho».

(Do Correspondente da VOZ na «Cia. Deodoro Industrial», D. F.).

## COMO FUNDAR UM SINDICATO RURAL ?

O sr. Nazareno Ciavatta, de Ribeirão Preto, escreve-nos sobre as formalidades que são indispensáveis para a fundação de um sindicato rural de colonos e assalariados agrícolas, em qualquer parte do país.

Em primeiro lugar, diz o missivista, a comissão organizadora convida os trabalhadores agrícolas das fazendas para a fundação do sindicato. Em seguida, obtém-se o estatuto modelo (fornecido pela repartição do Ministério do Trabalho), procura-se um local para a assembleia de fundação e

publica-se num jornal da cidade (mesmo semanário), durante três edições, o edital de convocação da assembleia.

O edital pode ser nos seguintes termos: «Ficam convocados todos os trabalhadores assalariados agrícolas e colonos do município x a comparecerem dia tal, às tantas horas, à rua tal, para deliberarem sobre os seguintes pontos:

- 1º — Fundação do sindicato rural de tal cidade;
- 2º — Eleição da diretoria;
- 3º — Aprovação dos estatutos da entidade;
- 4º — Escolha de um di-

retor para organizar e gerir a entidade».

Na assembleia de fundação, deve ser feita uma ata, segundo o modelo exigido pelo Ministério do Trabalho.

## DURAÇÃO DO MANDATO PRESIDENCIAL

Escreve-nos o sr. L. F. («Mooquino»), de São Paulo, para apontar uma inexactidão publicada na «Semana Política» da VOZ OPERÁRIA (n° 380), onde se diz que o mandato do presidente da República é de seis anos. Realmente, trata-se de um erro de revisão, pois é fato sabido que a duração daquele mandato é de cinco anos, segundo estabelece a Constituição.

Quanto à nossa posição em relação à emenda chamada Antônio Horácio, que prorroga por dois anos os mandatos dos atuais deputados, ela está claramente expressa naquela crônica.

Agradecemos ao sr. L. F. a colaboração.

## VOZ OPERÁRIA

Diretor-responsável  
**Aydan do Couto Ferraz**

MAFRIZ:  
Av. Rio Branco, 257, 17º and., s/ 1717 Tel. 42-72-4

### ASSINATURAS:

Anual ..... Cr\$ 100,00  
Semestral ..... Cr\$ 50,00  
Trimestral ..... Cr\$ 25,00  
Num. avulso, Cr\$ 1,50  
Num. atrasado Cr\$ 2,00  
Aérea ou sob registro, despesas a parte  
Preço no Rio Grande do Sul, Sta. Catarina e Paraná, Cr\$ 2,00

### SUCURSAIS:

SAO PAULO — rua dos Estudantes n° 84 s/ 29 2º and. — Tel. 37-4983  
PORTO ALEGRE — Rua dos Andrades, 1.646 s/ 74, 7º and.  
RECIFE — Rua Floriano Peixoto n° 85 — 3º — sala 326.  
FORTALEZA — Rua Barão do Rio Branco n° 1.248 s/ 22. Tel. 1-13-03

## POSTA RESTANTE

**SANTOS (S. P.)** — Carta do sr. Mário de Lima condenando o fechamento de organizações patrióticas e populares, como a Liga de Emancipação Nacional e o Movimento Nacional Popular Trabalhista.

**INGA' (Pb)** — Carta do sr. Antônio Barros da Silva sobre um pedido feito ao presidente da República pelo cego Lauro Guedes de Azevedo e que foi recusado.



# Milhares de Lavradores Arruinados no Interior Paulista

AS VESPERAS no novo ano agrícola, milhares de camponeses estão sendo tangidos da lavra e perambulam pelas cidades do interior paulista, em busca de trabalho ou tentando emigrar para outras regiões (principalmente norte do Paraná e Mato Grosso). Em certas cidades da Alta Sorocabana (Santo Anastácio é um exemplo) dezenas de famílias concentram-se nas praças, andrajosas e famintas, oferecendo um espetáculo constrangedor.

Sómente no Município de Guararapes (Linha 9 de Abril) cerca de 1.000 famílias, estão sendo despejadas: os latifundiários expulsam-nas das roças para plantar capim.

Esta situação atinge não somente os lavradores de algodoão, mas também os colonos de café.

## ARRUINADOS

As chuvas que caíram, nos últimos meses, em São Paulo, causaram graves prejuízos às lavouras. O café sofreu desastrosas consequências: segundo estimativa do IBC a safra terá uma redução superior a um milhão de sacas. Isso significa desemprego para centenas de famílias de colonos.

Os algodoados foram, em boa parte, dizimados. Os pequenos produtores, que já se encontravam endividados e obrigados a pagar um arrendamento escorchantemente (até 40%) vêm-se na ruína e são tangidos da terra, porque não podem enfrentar as despesas necessárias para continuar na lavoura. Além disso, em muitos casos, os latifundiários estão impondo novas dificuldades, como o aumento da renda, o que agrava a situação dos camponeses, obrigando-os a abandonar a terra. Esta é a situação de milhares de famílias camponesas, principalmente na Ata Sorocabana, onde a área de cultivo do algodão sofrerá, segundo estimativa da FARESP, uma redução superior a 20%.

mativas da FARESP, uma redução superior a 20%.

## FATORES PERMANENTES

Os latifundiários dizem que esta situação decorre de fatores temporários e incontroláveis, como as chuvas e as geadas. Mas, se bem que estes fatores representem um importante papel, não são eles as únicas causas da ruína e do desemprego de milhares de lavradores e colonos no interior paulista. O primeiro fator é a exploração implacável dos latifundiários. Na Linha 9 de Abril os latifundiários aproveitaram-se da situação difícil em que se encontram os pequenos cotonicultores e aumentaram a renda (já elevadíssima), em alguns casos de 30 para 35 arrobas por alqueire. O financiamento torna-se cada vez mais difícil e oneroso. Por outro lado, cresce a pressão dos latifundiários para a ocupação das terras de lavoura com o plantio de capim. Está-se generalizando o sistema de arrendamento da terra por um ano, ficando o lavrador com a obrigação de deixar plantado o capim, a título de renda. Os camponeses que deixam as roças após o vencimento desses contratos, em geral ficam na miséria.

Nos municípios de Santo Anastácio e Adamantina (Alta Sorocabana) a situação é tão dramática que os prefeitos fizeram um apelo ao governo para que proíba a entrada de emigrantes nordestinos. Em Garças, recentemente, cerca de 200 famílias de camponeses famintos marcharam sobre a Prefeitura, exigindo o que comer.

## NENHUMA PROVIDÊNCIA

Não há providências do governo para atender aos pequenos e médios lavradores. Os financiamentos do Banco do Brasil só atingem os grandes produtores agropecuários. Embora o Banco oficial tenha aberto um crédito de 20 milhões de cruzeiros para financiamento de medidas destinadas a atender aos lavradores em geral, a maioria continua à mingua de qualquer ajuda. O governo do Estado de São Paulo suspendeu a distribuição gratuita de sementes para o novo ano agrícola e suas providências, até agora se limitam na prática, a medidas, tomadas, inclusive por intermédio das delegacias de polícia, visando conter ou desviar as correntes migratórias no interior paulista.



## USINEIROS DESPEDEM TRABALHADORES COM 30 ANOS DE SERVIÇO SEM PAGAR A INDENIZAÇÃO LEGAL

ALÉM de não pagarem o salário mínimo aos assalariados agrícolas, os usineiros de Campos (Estado do Rio) vêm despedindo trabalhadores com mais de vinte e até mais de trinta anos de serviço, sem pagarem a indenização a que têm direito.

Na Usina Cupim, por exemplo, o trabalhador agrícola Claudionor Eduardo, conhecido pela alcunha de Colô, foi despedido após 32 anos de serviço e os patrões recusaram-lhe a indenização nos termos da lei. Claudionor estava em serviço desde 1924. Vinha sofrendo perseguições constantes do diretor geral da Usina, o francês Maurício Boyson, e do administrador geral, também chamado Maurício, que o mudavam de serviço submetendo-o a vexames, etc. Na segunda quinzena de agosto o diretor lhe disse que

não precisava mais de seus serviços e que fosse ao escritório receber a indenização. No escritório quiseram pagar a Claudionor Eduardo uma indenização de 94 mil cruzeiros, quando ele tinha direito a 118 mil cruzeiros. O trabalhador protestou, dizendo que não aceitava os 94 mil cruzeiros e procurou o Sindicato, que o orientou a lutar, na justiça do Trabalho, por seu direito. Na Junta de Conciliação e Julgamento que decidiu o caso ficou acertado que o trabalhador receberia 112 mil cruzeiros, com o que este concordou. Dias antes a Usina havia despedido 9 trabalhadores, com 8, 9 e 17 anos de serviço, e quis pagar-lhes indenização abaixo do que mandava a lei, mas foi obrigada a recuar, graças à ação do Sindicato.

## OUTROS EXEMPLOS

Na Usina São José foi despedido um trabalhador agrícola, com 30 anos de serviço. Também a Usina não queria pagar a indenização legal. O gerente, sr. Silvio Mariz, vinha, de há muito, perseguindo o trabalhador. Este apelou para o Sindicato, que estava lutando para assegurar o pagamento da indenização. Mas o patrão conseguiu ludibriar o trabalhador, mandando-o buscar em casa e acabou conseguindo que ele aceitasse uma indenização de 27 mil cruzeiros. Esse fato demonstra que os assalariados agrícolas devem, sempre, procurar o Sindicato para defender seus direitos e não cair nas armadilhas dos patrões, que procuram afastá-los do Sindicato para melhor explorá-los.

## RECUSARAM O SALÁRIO

Na fazenda do sr. Manuel Gonçalves (vereador em Campos), situada no distrito de Santo Amaro, os trabalhadores recusaram-se a receber o salário de Cr\$ 60,00. Protestaram a devolveram os enve-

lupes, exigindo o pagamento na base do salário mínimo, e que tem direito, e que é de Cr\$ 3.500,00 mensais.

Na fazenda do sogro de sr. Julio Pinto Pecanha, o salário ainda é de Cr\$ 45,00 diários. Os trabalhadores começaram a compreender que de vem procurar o Sindicato para defenderem seus direitos.

## O Programa Intersindical de 7 Pontos e o Projeto Dos Trabalhadores Rurais

DO PROGRAMA de sete pontos, aprovado na reunião intersindical realizada no Rio a 31 de julho, com a participação dos sindicatos do Distrito Federal, São Paulo e outros Estados, consta a defesa das principais reivindicações dos trabalhadores rurais e de seu direito à sindicalização. Estes pontos do programa estão sendo cumpridos, especialmente pelo Pacto de Unidade Intersindical de São Paulo, que vem assumindo posições de combativa solidariedade aos assalariados agrícolas e colonos e defesa de suas organizações.

Esta posição dos sindicatos operários leva-os, agora, a colocar em primeiro plano a luta por uma legislação adequada para os trabalhadores rurais, uma legislação que sistematize e amplie suas conquistas. A questão está sendo discutida, no momento, nos bastidores da Câmara Federal e, dentro de 15 a 20 dias, um projeto (em regime de urgência) virá a plenário, substituindo o projeto 4.264 e as inúmeras emendas e substitutivos a ele apresentados. Trata-se de, como pretendia a mensagem enviada à Câmara pelo presidente Getúlio Vargas, acompanhando o projeto 4.264, estender aos trabalhadores rurais o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho e de sua legislação complementar — não só regulando a aplicação de garantias tão extensivas aos assalariados e colonos, como estendendo-lhes direitos ainda não assegurados como a previdência social.

A furiosa resistência oposta ao projeto pelos representantes dos latifundiários e os pontos de vista por eles definidos na discussão do mesmo deixaram claro sua posição: recusam-se a ampliar os direitos dos trabalhadores rurais e querem, na oportunidade, roubar-lhes velhas conquistas de há muito legalmente garantidas. Para que conquistem a vitória os trabalhadores rurais precisam, pois, lutar com ardor e contar com a solidariedade ativa de seus irmãos das cidades.

Esta é, aliás, uma questão que diz respeito, muito de perto, aos trabalhadores da indústria: a exploração dos assalariados agrícolas, a desigualdade de salários e direitos entre estes e os da cidade, faz aumentar continuamente a corrente migratória do campo, aumentando a concorrência no mercado de mão de obra nos centros urbanos e exercendo forte pressão negativa sobre os níveis de salário do proletariado.

A luta dos sindicatos operários, que são mais experientes e poderosos, será um fator decisivo para a vitória dos trabalhadores rurais no Parlamento.

## DIA 21 A «MARCHA DA PRODUÇÃO»

ESTA marcada para 21 do corrente mês a "Marcha da Produção": milhares de lavradores de São Paulo e norte do Paraná deverão vir à Capital da República, em caminhões, ônibus, etc., entregar ao sr. Juscelino Kubitschek um memorial com suas reivindicações mais urgentes. O movimento é patrocinado pelas Associações Rurais e conta com o apoio da FARESP.

Alguns latifundiários vinham fazendo grande pressão sobre a FARESP, no sentido de levá-la a impedir a "Marcha". Não tiveram, porém, êxito: a Federação está decidida (até agora) a colocar-se à frente do movimento e vem estimulando sua organização. A Confederação Rural, entidade inteiramente controlada por grandes latifundiários, colocou-se contra a "Marcha" e vem apelando aos lavradores para que não participem da mesma. Esses apelos, no entanto, não vêm encontrando a acolhida desejada pela Confederação.

Espera-se que milhares de lavradores paulistas e paranaenses, atualmente a braços com inúmeras dificuldades, participem da "Marcha" ao Rio.







Marítimos das empresas particulares, dispostos à greve se não vier a equiparação

**VIOLA PRECEITO CONSTITUCIONAL A DIFERENÇA DE ESCALAS SALARIAIS NAS EMPRESAS PRIVADAS E NAS EMPRESAS AUTÁRQUICAS — AS COMPANHIAS PARTICULARES RECEBERAM SUBVENÇÃO DE CERCA DE 1 BILHÃO DE CRUZEIROS, AUMENTARAM OS PREÇOS DE CERCA DE 102% E TRANSPORTAM MAIS DE 70% DA CARGA LUCRATIVA**

**Três sindicatos já ratificaram a decisão de uma greve nacional do pessoal das empresas de navegação particulares até 20 de setembro os salários desses marítimos não forem equiparados aos do nosso pessoal das empresas governamentais (Lóide Brasileiro e Costeira).**

**Os sindicatos que já aprovaram a decisão de greve: marinheiros, oficiais de náutica, comissários de bordo, motoristas da marinha mercante, carpinteiros navais, operários navais, rádio-telegrafistas, foguistas, talheiros, mestres de pequena cabotagem, enfermeiros, empregados em escritórios e eletricitas.**

## NOVO CONTRATO DE TRABALHO PLEITEIAM OS OPERÁRIOS DA CSN

O Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda encaminhou à direção da Companhia Siderúrgica Nacional um pedido de aumento de salários para os trabalhadores daquela empresa. O aumento pleiteado é de 50% sobre os salários fixos com o teto máximo de 4.500 cruzeiros. Outras reivindicações são também pleiteadas: aumento de 70% sobre o salário-família; turno de seis horas para os que trabalham em rodízio; cancelamento das penalidades para efeito de percepção de prêmios e benefícios aos trabalhadores com mais de 10 anos de serviço; salário-antiguidade, à base de 10% sobre o salário-mínimo regional, por quinquênio, etc..

### CONTRATO COLETIVO DE TRABALHO

No próximo dia 30 expira o prazo de vigência do contrato coletivo de trabalho celebrado pelo Sindicato e a CSN, em 1955. Por isso o Sindicato dos Metalúrgicos de Barra Mansa, expressando as reivindicações mais imediatas dos trabalhadores de Volta Redonda, inicia agora a campanha pela celebração de um novo contrato, levando em conta os aumentos que se verificaram no custo da vida e as necessidades urgentes do operariado da empresa.

### OS SALÁRIOS INFERIORES AO CUSTO DA VIDA

Baseando-se em dados oficiais, o Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda assinala que os salários dos trabalhadores da CSN se encontram atrasados, de cerca de 40%, em relação aos sucessivos aumentos do custo da vida ocorridos desde 1952.

De 1952 a 1955 os operários de Volta Redonda tiveram quatro aumentos de salários — os seguintes:

Em 16-4-52 aumento de 20%  
Em 1-9-53 aumento de 50%

**OS SALÁRIOS JÁ NÃO CORRESPONDEM AO AUMENTO DO CUSTO DA VIDA — FOI REDUZIDA A PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES NOS LUCROS, EMBORA ESTES TENHAM AUMENTADO — ENCAMINHADO PELO SINDICATO O CONJUNTO DAS REIVINDICAÇÕES**

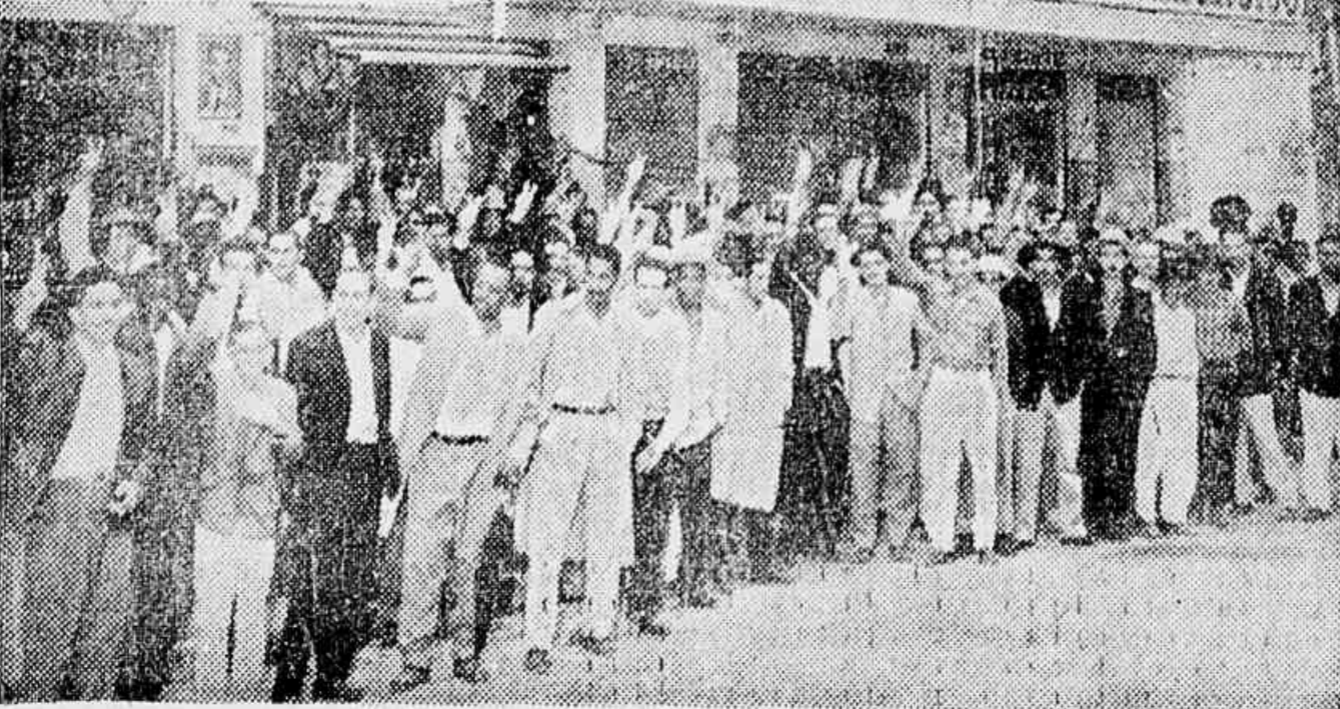
cruzeiros.  
Em 1-8-54 aumento de 25 por cento  
Em 1-10-55 aumento de 20 por cento.

Ocorre que, no mesmo período, a elevação do custo da vida foi muito superior a esses aumentos, apresentando, segundo cálculos do Sindicato, uma diferença de 40% para mais.

### PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS

A par disso, os lucros da Companhia Siderúrgica Nacional vêm aumentando continuamente, partindo de 141 milhões de cruzeiros em 1949 até 763 milhões em 1955 (quase seis vezes mais).

Embora a CSN distribua entre os operários uma pequena cota desses lucros, esta vem



O Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, hoje conhecido em todo o Brasil pelas lutas que tem sustentado, encabeça a campanha pelas reivindicações dos trabalhadores de Volta Redonda.

# Treze Sindicatos Nacionais Já Ratificaram a Greve Para o Dia 20

A reivindicação dos trabalhadores das empresas particulares de navegação é justíssima e inadiável, encontrando, ainda, pleno apoio legal. De fato, essas trabalhadoras — cerca de 60.000, representando a metade do pessoal da marinha mercante — se encontram, atualmente, numa situação absurda de desnível salarial em face de seus companheiros do Lóide e da Costeira.

É preceito constitucional o pagamento de idêntico salário por trabalho idêntico. Isto, entretanto, não acontece agora na marinha mercante. Por exemplo: enquanto um marinheiro das empresas oficiais percebe 9.100 cruzeiros de salário fixo, fora os quinquênios, um marinheiro de empresas particulares recebe, apenas 5.000 cruzeiros. Sucede que um comandante de navio, nas empresas particulares, tem muitas vezes salários iguais ou menores que o de um marinheiro das empresas autárquicas.

Assim, quando reclamam a equiparação de vencimentos, os marítimos das empresas

particulares batem-se pela aplicação de um princípio estabelecido na Constituição.

### TAMBÉM UMA TRADIÇÃO

Além disso, é mesmo uma tradição o pagamento de um mesmo salário para as mesmas categorias da marinha mercante. Sempre houve uma tabela única (o escalonamento) para o pessoal das empresas privadas e das autárquicas. Somente de uns três anos a esta parte é que surgiu o atual desnível.

### BENEFÍCIOS RECEBIDOS PELAS EMPRESAS PARTICULARES

Para justificarem os baixos salários, os armadores alegam que não estão em condições de realizarem a equiparação. Mas isto é absolutamente inexato.

As empresas particulares aumentaram seus fretes, a partir de março deste ano, de cerca de 102 por cento. Receberam, ainda, uma subvenção do governo de 900 milhões e 586 mil cruzeiros, para atender a despesas de aumento de salários. Enquanto isto, o Lóide e a Costeira receberam uma subvenção de apenas 700 milhões de cruzeiros, embora incluam 50 por cento do pessoal da marinha mercante e paguem quinquênios, férias de 30 dias, etc. Por outro lado, o Lóide e a Costeira são obrigados a transportar cargas deficitárias, enquanto as companhias particulares só transportam entre portos lucrativos. Estas últimas transportam mais de 70 por cento da cabotagem nacional. Tudo isto mostra que têm condições financeiras para o pagamento de salários iguais aos do Lóide ou da Costeira.

### INSTRUÇÕES DOS SINDICATOS

Há muito os sindicatos tentam um acordo com os armadores sobre a equiparação dos salários. Já em março deste ano solicitavam providências do Departamento Nacional do Trabalho neste sentido. Mas, até o momento, os armadores demonstraram irreduzível obstinação em atender à justa reclamação dos marítimos. Daí a decisão da greve, como último recurso.

A este respeito, os sindicatos acabam de baixar instruções aos trabalhadores sobre o movimento paralisista que deverá iniciar-se no dia 20. A greve será de caráter pacífico, — advertem os sindicatos — devendo as tripulações permanecer dentro dos navios, impedindo a penetração de elementos não autorizados. O pessoal das empresas autárquicas é conchamado a prestar ajuda a seus com-

panheiros das empresas privadas, de nenhum modo contribuindo para que a greve nas companhias particulares seja furada. Os sindicatos conclamam os marítimos de todo o país a ficarem de sobrevigância, em permanente contato com suas entidades sindicais e a se organizarem cada vez melhor para o êxito do movimento, se houver necessidade de desencadeá-la.

## INACEITÁVEL O ESQUEMA MINISTERIAL DE REFORMA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

**COMPLICA, DESNECESSARIAMENTE, A ORGANIZAÇÃO BUCRÁTICA DA PREVIDÊNCIA — CONSERVA OS INSTITUTOS SOB CONTROLE ABSOLUTO DO GOVORNO — SUGESTÕES DOS TRABALHADORES**

O sr. Parsifal Barroso acaba de encaminhar ao presidente da República um ante-projeto de lei de reforma da previdência social. O ante-projeto e o resultado do trabalho de uma comissão, constituída em junho do corrente ano e que só recentemente concluiu sua tarefa.

### Reforma da estrutura da previdência

A Comissão limitou-se ao problema da estrutura da administração da Previdência Social e é sobre este assunto que versa o ante-projeto encaminhado à Presidência da República. Trata-se, fundamentalmente, do problema da direção dos Institutos e Caixas de aposentadorias e pensões.

A proposta do Ministério do Trabalho, em lugar de tornar mais flexível e célere a direção dos Institutos, torna-a mais burocrática; em lugar de conceder maior participação aos trabalhadores na direção e controle dos Institutos e Caixas, restringe esta participação.

### Maior burocracia no ante-projeto

Assim é que o projeto encaminhado pelo Ministério do Trabalho prevê os seguintes órgãos de direção da Previdência Social: um Conselho de Administração (para cada Instituto), um Conselho Fiscal (também para cada Instituto), um Conselho Superior de Recursos de Previdência Social, com um presidente e 9 técnicos nomeados pelo Presidente da República e mais três representantes dos segurados e três das empresas; e, finalmente, o Departamento Nacional da Previdência Social que resolverá, em última instância, sobre os problemas fundamentais da Previdência.

Ora, havendo um Conselho Superior da Previdência Social é desnecessário um Departamento Nacional, assim como havendo um Departamento Nacional da Previdência, como instância superior, é desnecessário um Conselho Superior. A existência de dois órgãos com funções de supervisão é uma peçonha de empregos e nada mais.

### O governo continuaria dono dos Institutos

Mas a deficiência do esquema apresentado pelo Ministério do Trabalho não reside somente aí. A maior preocupação, particularmente, no caráter das direções dos Institutos e Caixas, que permanecerão em mãos do governo. Assim, o Conselho de Administração de cada Instituto compor-se-á de um presidente nomeado pelo Presidente da República, 4 diretores nomeados pelo Ministério do Trabalho, 2 eleitos pelos segurados e 2 pelas empresas. Deste modo, o governo terá sempre maioria absoluta na administração dos Institutos embora seja o contribuinte que não paga (embora tenha obrigação de contribuir). Se levarmos em conta que esta maioria se torna maior no Conselho Superior de Previdência e total no Departamento Nacional de Previdência, fica evidente que as administrações dos Institutos só realizarão o que for determinado pelo governo (inclusive o "empreguismo" para afilhados, os "empréstimos" ao próprio governo, etc.)

### Reivindicações dos Trabalhadores

Evidentemente não se pode excluir o governo da direção dos Institutos. Mas deve possuir ali um terço dos membros do Conselho já que, teoricamente, contribui apenas com uma terça parte dos fundos da Previdência. Esta é, aliás, uma exigência dos sindicatos, que vão se dirigir à Presidência da República, para que modifique o ante-projeto encaminhado pelo Ministério do Trabalho, no sentido de que os Conselhos de Administração sejam compostos por um terço de representantes do governo e o restante de representantes dos segurados e das empresas. O presidente dos Institutos deve ser também eleito pelo Conselho.

Há ainda problemas como o dos depósitos do dinheiro dos Institutos (os trabalhadores querem que sejam feitos exclusivamente, no Banco do Brasil e na Caixa Econômica, da unificação, através da criação de Delegacias Regionais de Previdência, de serviços assenciais, como os serviços médicos, etc., para tornar mais equitativa e eficiente a sua distribuição). Os sindicatos pretendem enviar suas reivindicações ao Presidente da República e defendê-las junto ao Parlamento quando for enviada a mensagem presidencial sobre reforma da Previdência.



Reivindicam os locatários dos conjuntos residenciais:

# Venda Pelo Custo Histórico Das Casas dos Institutos

EM 1943, quando se construiu no Brasil o primeiro conjunto residencial para associados do IAPI, no Realengo (D.F.), foi baixada a portaria 96, do Conselho Nacional do Trabalho, que regulou a existência dos conjuntos até 1953. A portaria foi uma conquista dos trabalhadores e estabelecia, entre outros benefícios, a dispensa do pagamento de aluguel após 240 meses e o abatimento de 50% no mesmo em caso de morte do locatário, acidente no trabalho, aposentadoria, etc.

## O decreto 34.828

Em 1953, todos os dispositivos da portaria 96 foram revogados através do decreto 34.828, então baixado. Os benefícios que eram assegurados aos moradores dos conjuntos foram anulados, o que veio criar um sério problema para a grande maioria dos moradores e principalmente, desnaturalizar o objetivo da construção dos conjuntos, que era de vender as casas aos moradores em prestações módicas.

Várias portarias baixadas pelos diferentes institutos vieram dificultar a situação dos moradores que desejavam adquirir as casas, tornando-as caras e sem facilidades de pagamento, aumentando os aluguéis, etc. Os moradores iniciaram então alguns movimentos em defesa de seus direitos, que se refletiram principalmente através da apresentação de projetos na Câmara dos Deputados.

## Projeitos e substitutivos

O projeto apresentado em 1954 pelo deputado Muniz Falcão (PSD) foi baseado na lei que regula operações imobiliárias e venda dos locatários do IPASE e estendia seus benefícios aos contribuintes do IAPI, IAPC, IAPB e IAPETC (venda das casas pelo custo histórico da construção e do terreno, e outros.) Na Comissão de Legislação Social, entretanto, os deputados Geraldo Mascarenhas e Sílvio Sanson apresentaram os substitutivos A e B, dando nova

redação ao projeto em total prejuízo dos locatários dos institutos (venda das casas pelo preço atual do mercado, prazo de 60 dias para o locatário comprar a casa após a aprovação do projeto, etc.). Assim, casas que foram construídas há anos por cerca de Cr\$ 20.000,00, seriam vendidas por mais de Cr\$ 150.000,00, apartamentos por mais de Cr\$ 400.000,00.

## Organizam-se os locatários

Diante da grave ameaça que pairava sobre seus legítimos interesses, os locatários dos conjuntos iniciaram um movimento coletivo, principalmente no Distrito Federal e no Rio Grande do Sul, visando defender seus direitos. Inúmeras reuniões e assembleias foram realizadas nos conjuntos residenciais. Em Porto Alegre, foi constituída uma comissão que elaborou um substitutivo e enviou uma delegação ao Rio para apresentá-lo aos deputados e para entrar em contato com líderes sindicais cariocas. Daí nasceu a Comissão Central Permanente dos Conselhos de Locatários dos Conjuntos Residenciais dos Institutos, que tem como presidente o vereador Waldemar Viana.

Com a participação de representantes dos conjuntos residenciais do Rio e do Rio Grande do Sul, a Comissão elaborou um minucioso substitutivo ao projeto 5.559/54, que ressalva todos os direitos e benefícios dos moradores.



Conjunto residencial construído em São Paulo

## UNIDADE PARA A VITÓRIA

O substitutivo elaborado pela Comissão assegura, entre outros, os seguintes benefícios: preço histórico da construção e do terreno para a venda; computação dos aluguéis já pagos, para efeito de compra; é facultativo ao locatário comprar ou não o imóvel; proibição de aumento dos aluguéis ou prestações; revogação do decreto 34.828; proibição de venda ou hipoteca, por tratar-se de bem de família, do imóvel assim comprado; juros de 3% ao ano, no máximo, decrescente sobre o saldo devedor; prazo de resgate não inferior a 20 anos, etc.

O substitutivo foi apresentado por intermédio dos deputados Chagas Freitas,

Gurgel do Amaral, Georges Galvão e João Machado, na Câmara Federal. Em torno da luta por sua aprovação a Comissão Central procura unificar os moradores de todos os conjuntos residenciais de institutos do Brasil, enquanto procura conseguir que o sr. Juscelino Kubitschek revogue o decreto 34.828. A Comissão está se reunindo quinzenalmente, aberta à adesão dos conselhos dos conjuntos residenciais de todo o país.

Por outro lado, está sendo estudada a possibilidade da convocação de um congresso ou convenção nacional dos locatários previdenciários, o que poderá ser um passo de grande importância para a conquista da vitória.

## PRIMEIRO MÊS DE CAMPANHA

FINDO o primeiro dos três meses da Campanha dos Vinte Milhões Pró-Imprensa Popular, um rápido exame de trabalho realizado vem mostrar as possibilidades reais e concretas de ser alcançada memorável vitória no tempo que ainda resta aos seus participantes. Sem a participação dos Estados do Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco, Ceará, Goiás, Pará, Alagoas, Santa Catarina, Maranhão, Paraíba, Rio Grande do Norte, Amazonas, Mato Grosso, Espírito Santo, Sergipe e Piauí, foram arrecadados Cr\$ 3.381.756,00, ou sejam 17% do total.

Acrescentando a isso o fato de que os Estados que entregaram parte de suas quotas à Comissão Nacional — Distrito Federal, São Paulo, Estado do Rio, Minas Gerais e Paraná — não atingiram os 33% que seriam de esperar no primeiro mês da campanha e não estão traba-

lhando de acordo com suas condições, concluiremos que a perspectiva de superar os 20 milhões é inteiramente real e possível, desde que a campanha seja colocada em seu justo lugar.

Evidentemente, não é fruto do acaso essa hesitação do primeiro mês. Ela resulta de um trabalho de finanças errôneo, montado de cima para baixo e sem apoio de bases, executado há anos. Os resultados atingidos estão longe de corresponder às possibilidades atuais, de refletir as novas condições internacionais e as históricas vitórias conquistadas pelas forças democráticas e anti imperialistas no Brasil, ultimamente.

Impregnar a campanha do espírito novo dos tempos que estamos vivendo, abandonar os velhos métodos estreitos e sectários, torná-la uma campanha ampla dos trabalhadores, democratas e patriotas; esse é o caminho da vitória.

# 20 MILHÕES

Para os Jornais do Povo

OBJETIVO DA CAMPANHA CARIOCA EM SETEMBRO:

## Nova Rotativa Para a «Imprensa Popular»

NOVA ROTATIVA para a «Imprensa Popular» — este é o objetivo fixado pela Comissão Nacional da Campanha dos Vinte Milhões para o Distrito Federal, no mês de setembro. Para a conquista desta grande vitória deverão ser arrecadados Cr\$ 3.600.000,00 (50% da quota) até o próximo dia 15, data em que estaremos na metade do prazo para o término da Campanha. Está colocada, assim, nas mãos dos ajudistas cariocas uma tarefa honrosa, que poderá ser cumprida desde que sua atividade seja impregnada de maior entusiasmo e voltada para o povo.

Novos e novos clubes são registrados, diariamente, no Departamento Carioca da Campanha. Visando incentivar a participação de cada clube e de cada ativista, está sendo estabelecida emulação entre os clubes e entre os seus membros, assim como «desafios» de um clube a outro. Os clubes que mais se têm

destacado são os seguintes: 11 de Agosto, 139%; Ana Nery, 100%; Rio Vermelho, 87%; Rio de Janeiro, 67%; Farrroupilha, 63%; José Porfirio, 52%; Caio Martins e Cleto Campelo, 51%.

Os últimos resultados das comissões do Distrito Federal, que estão empenhadas em disputada emulação, são os seguintes: Zélia Magalhães, 53,1%; Leonidas Rezende, 52,9%; Visconde de Cayru, 40%; Setembrinos, 39,1%; Floriano Peixoto, 37,6%; Espartaco, 36,7% e Henrique Dias, 35,7%.

Já foram realizadas duas apurações no concurso para eleição da «Rainha da Imprensa Popular», do qual participam mais de vinte candidatas. As mais votadas são: Yolanda Firmino, 3.306 votos; Joana Lopes, 1.750; Maria Lúcia, 1.335; Marly Nazaré, 815 e Rejane Marias, 756 votos.

## Milhares de Trabalhadores Lutam Por Aumento

CENTENAS DE MILHARES DE TRABALHADORES DO RIO E S. PAULO, estão lutando por um reajustamento dos salários, que lhes permita enfrentar o custo da vida, em contínua elevação. Muitas corporações já elaboraram as tabelas de aumento, outras discutem, ainda, as bases em que vão dirigir-se aos patrões. É a seguinte a situação, nos diversos setores operários:

**METALURGICOS DE VOLTA REDONDA** — reclamam 50% de aumento nos salários, teto de \$4.500,00; elaboraram, anexo da tabela de aumento, um programa com outras reivindicações sentidas;

**METALURGICOS DE S. PAULO** — O Sindicato reuniu-se em assembleia, esta semana, para discutir as bases do aumento; em algumas empresas da capital paulista já foram conquistadas vitórias parciais;

**TEXTEIS DO RIO** — Reclamam um aumento de 30% no salário dos profissionais;

**GRAFICOS DE S. PAULO** — Reclamam Cr\$ 1.700,00 de aumento sobre os salários de 15 de julho último;

**COMERCIAIS DO RIO** — Discutem as bases em que pedirão o reajustamento, que deverá atingir cerca de 140 mil empregados no comércio;

**SAPATEIROS DO RIO** — Discutem as bases do aumento a ser reivindicado;

**SAPATEIROS DE S. PAULO** — Declararam-se em greve por aumento;

**FERROVIARIOS DA SOROCABANA, S. PAULO** — Estão em assembleia permanente, em luta por aumento;

**TRABALHADORES EM LATICINIOS DE S. PAULO** — Aguardam a resposta dos patrões ao pedido de aumento de salários;

**VIDREIROS, de São Paulo** — estão discutindo com os patrões uma tabela de reajustamento;

**FUNCIONALISMO** — Os funcionários da União mobilizam-se para lutar pela classificação de cargos, que o governo, não cumprindo o compromisso assumido na votação do último aumento, está adiando injustificavelmente; os funcionários da Prefeitura do Distrito Federal lutam por aumento; aumento é, igualmente, a reivindicação que mobiliza, no momento, o funcionalismo paulista (estadual e da Prefeitura de São Paulo). Também estão lutando por aumento os trabalhadores na construção civil, na indústria de bebidas (Antártica) e os condutores de veículos de S. Paulo, os padeiros de Caxias Nilópolis, São João de Meriti e Nova Iguaçu (Estado do Rio) e diversos setores do proletariado nos Estados. Os sindicatos colocam-se à frente da luta, mobilizam e organizam os trabalhadores nas empresas — condição indispensável à vitória.

## Reune-se o Povo Paulista Para Lutar Contra a Carestia

O FERIADO de 7 de setembro, que nos obrigou a antecipar a impressão deste número de VOZ OPERÁRIA, não nos permitiu publicar a cobertura da grande assembleia do povo paulista contra a carestia, programada para 6 do corrente, na capital bardeirante.

Entretanto, os grandiosos preparativos deste ato público, que reúne representações dos sindicatos, das fábricas e empresas comerciais, das organizações estudantis e femininas, dos bairros de São Paulo e municípios vizinhos para um debate amplo e popular do problema da carestia, já asseguravam o êxito do mesmo.

Durante quase dois meses, o Pacto de Unidade estabelecido entre os sindicatos paulistas, com o apoio de organizações estudantis e femininas, realizou nas fábricas e nos locais de concentração popular vivas reuniões para discutir a questão da carestia e outras reivindicações do povo. Nessas reuniões foram escolhidas delegações para a assembleia do dia 6. Uma comissão organizada pelo Pacto de Unidade realizou, previamente e à base das discussões populares, um estudo da questão do abastecimento e dos preços em São Paulo, indicando medidas práticas de combate à carestia. As conclusões deste estudo foram entregues ao governador Lânio Quadros, que ficou de estudá-las para aplicar o que lhe parecesse exequível. A assembleia do povo paulista deveria apreciar, também, as medidas ali sugeridas.

O Pacto de Unidade havia programado uma greve de advertência, a ser ratificada na grande reunião popular de quinta-feira, caso as autoridades não adotem medidas anteriormente prometidas aos trabalhadores para deter a alta vertiginosa dos preços dos gêneros e serviços essenciais.



# A Ópera de Pequim

O intercâmbio cultural é um poderoso meio para o entendimento e as boas relações entre os países. A exibição no Brasil da Ópera de Pequim irá mostrar ao vivo o papel que representa esse intercâmbio. Com isto lucrará nossos artistas, lucrará a cultura brasileira. E do mesmo modo lucrará nosso país, ampliando esse intercâmbio ao campo do esporte, do comércio, da ciência, das relações à base da igualdade de direitos e das vantagens mútuas com a União Soviética, a China Popular e demais Estados democráticos. (NAS FOTOS: cenas da Ópera de Pequim)



Um dos mais famosos e perfeitos conjuntos artísticos teatrais do mundo, com que o público brasileiro terá oportunidade de fazer conhecimento.

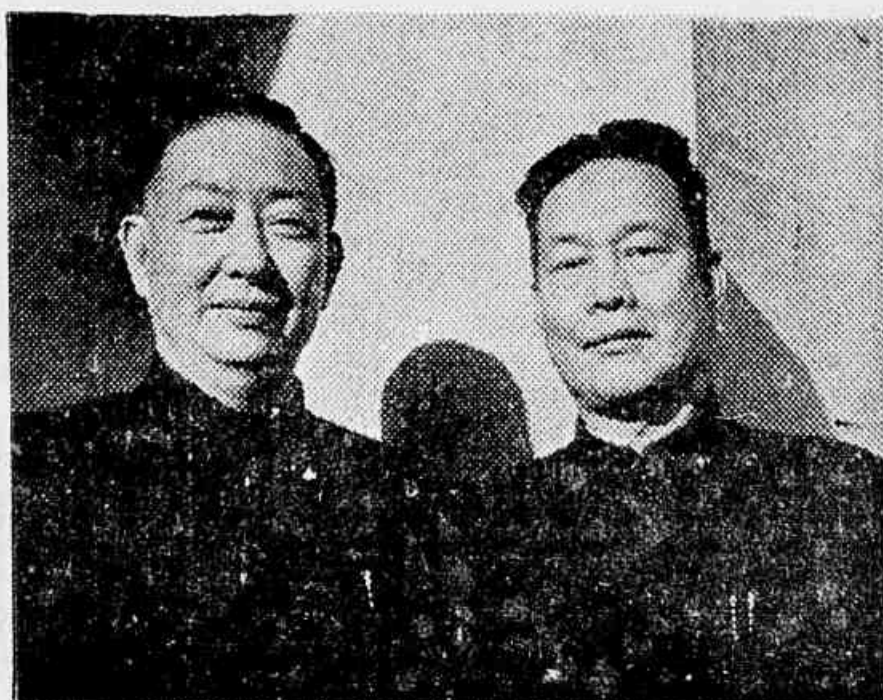
Um grande acontecimento cultural, a exibição da Ópera de Pequim em nosso país, realiza-se por estes dias em São Paulo e no Rio. E este acontecimento reveste-se de um grande alcance, seja pela sua elevada significação artística, seja pela repercussão que terá no sentido de abrir caminho às nossas relações com todos os países.

Não se trata somente do ineditismo de um espetáculo de surpreendente beleza, mas de uma verdadeira conquista cultural, pois que as mais ricas experiências tem o povo chinês no teatro, na pintura, na literatura, experiências que são produto de uma civilização milenar agora a caminho do seu pleno florescimento.

A estada da Ópera de Pequim em Santiago e Montevideu

Nenhum outro povo tem uma tradição teatral como o chinês. Uma experiência de séculos, vivificada pelos motivos sempre novos que a vida impõe à arte, faz com que para a sua originalidade, seu estilo nacional, suas tradições se volte a atenção dos meios culturais dos outros países. (NAS FOTOS: cenas da peça "O Ganso Mau").

Os dois mais famosos artistas da Ópera de Pequim: Mei Lan-fang (à esquerda) e Tchu Sin-fang. Este ano ambos comemoram cinquenta anos de atividade no teatro, o que foi motivo de festa para o público chinês (Foto Sin-Huá).



constituiu um êxito artístico sem precedentes. Como representantes da cultura chinesa, os 91 artistas que compõem o conjunto proporcionam um espetáculo que foge inclusive ao conceito que têm do gênero os ocidentais, pois que se baseia principalmente no gesto e no bailado, faz das mais requintadas formas de acrobacia a essência de suas criações, utilizando as tradições e as lendas, unindo num todo orgânico o velho e o novo da realidade do seu país.

Antes da visita triunfal ao Chile e ao Uruguai, a Ópera de Pequim realizou uma tournée pela Europa, tendo atuado em 48 grandes cidades, entre as quais Paris, Londres, Roma e Praga. Na Inglaterra, os principais artistas da Ópera de Pequim foram recebidos pela Rainha Elizabeth, que fez questão de conhecer pessoalmente os mestres da Ópera chinesa.

Frequentemente o repertório do famoso conjunto se enriquece de novas peças que refletem o desenvolvimento artístico do país. Entre estas foi estreada no mês de julho, em Pequim, a peça «As Três Montanhas», que tem por base o argumento de uma ópera antiga mongol. Peças com essa linha de estilo que caracteriza a Ópera de Pequim, serão apresentadas ao público brasileiro pelos representantes da arte de um povo de seiscentos milhões de habitantes com os quais nosso povo quer ter relações de amizade, baseadas no interesse comum de preservação da paz.